

Universidade de Brasília – UnB

Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS

Tatiana Carvalho Motta

*Entre o atlântico e o sertão:  
mulheres e vida urbana na capitania de Goiás*

Brasília

2006

Universidade de Brasília – UnB

Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS

Tatiana Carvalho Motta

*Entre o atlântico e o sertão:  
mulheres e vida urbana na capitania de Goiás*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Selma Alves Pantoja  
Área de concentração: História Social

Brasília

2006

Termo de Aprovação

Tatiana Carvalho Motta

*Entre o atlântico e o sertão:  
mulheres e vida urbana na capitania de Goiás*

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Selma Alves Pantoja  
Departamento de História, UnB

Banca examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina de Novaes Marques  
Departamento de História, UnB

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Philip J. Havik  
Instituto de Investigação Científica e Tropical, IICT - Lisboa

Brasília, 25 de agosto de 2006.

Às obstinadas mulheres da minha família, com quem aprendi a ter forças para lutar e seguir em frente e às Marias, Joanas, Luizas e tantas outras, que povoam (ou povoaram) esse mundo, reinventando suas histórias.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos, muitas pessoas interceptaram meu caminho de formas diversas, fornecendo pacientemente valiosas contribuições que tornaram este trabalho possível e atenuando a solidão da pesquisa. Talvez a memória possa não dar conta de todos, mas mesmo assim gostaria de manifesta-lhes os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha orientadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> Selma Alves Pantoja, pela confiança em mim depositada e pelo enriquecimento intelectual e profissional proporcionado desde os tempos da graduação.

Ao CNPq, por me contemplar com a bolsa de auxílio à pesquisa, amenizando assim as dificuldades materiais.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília.

Dedico especial agradecimento à Maria de Fátima Cançado, coordenadora do Arquivo Histórico Frei Simão Dorvi, pela inestimável colaboração que me forneceu ao longo das viagens que fiz para a Cidade de Goiás nos últimos anos. Sempre prestativa e disposta a ajudar, Fátima me auxiliou a vasculhar os antigos e empoeirados manuscritos da velha capital em busca de informações sobre as experiências de vida das mulheres.

Sou bastante grata ao Dr. José Sintra, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino e ao Fernando, dessa mesma instituição, que foram extremamente solícitos durante a minha breve estadia em Lisboa, me auxiliando a localizar alguns documentos que foram aproveitados nessa pesquisa.

Às queridas amigas do Programa de Pós-Graduação em História - UnB, Clarisse Moreira Aló e Marinelma Costa Meireles, historiadoras por quem sustento profundo carinho e admiração, sempre dispostas a trocar informações e bibliografias e também a oferecer palavras motivadoras, dando-me alento e vigor ao longo da pesquisa. Meninas, enfim terminamos!

Ao meu querido Leonardo, por compreender tantas ausências e preencher os cansativos dias de trabalho com muito afeto e ternura.

Por fim, manifesto imensurável gratidão à minha família, que me proporcionou todo o conforto emocional e apoio material necessários, compreendendo inclusive os momentos de desânimo e as crises de nervos. Agradeço especialmente aos meus pais e à minha irmã, meus maiores entusiastas. Afinal, a conclusão dessa importante etapa de enriquecimento pessoal e profissional é uma conquista nossa.

## RESUMO

Esta pesquisa examina as diferentes formas de inserção das mulheres na sociedade colonial da capitania de Goiás, particularmente na porção final do século XVIII e início do século XIX, momento compreendido sob a ótica da “crise” na historiografia regional. Considerando as dinâmicas intercontinentais efetuadas no contexto do tráfico transatlântico, situamos a capitania de Goiás como uma das áreas do Brasil colônia por onde repercutiram esses amplos movimentos. Em uma perspectiva de gênero, discutimos de maneira abrangente as estratégias utilizadas pelas mulheres no que se refere à construção de uniões conjugais, às formas de obtenção de alforria, aos negócios femininos e às possibilidades de autonomização das mulheres de cor.

Palavras-chave: História; História das Mulheres; Brasil Colônia; Goiás; Estudos de Gênero.

## ABSTRACT

This research examines the different forms of women insertion in the colonial society of the captainship of Goiás, particularly in the final portion of the eighteenth century and beginning of the nineteenth century, a moment that is understood under the optics of the “crisis” in the regional historiography. Considering the intercontinental dynamics effected in the context of the transatlantic traffic, we point out the captainship of Goiás as one of the areas of Colonial Brazil in which reverberated these wide movements. In a gender perspective, we discuss the strategies used by the women towards the construction of conjugal unions, the forms of emancipation attainment, the feminine businesses and the possibilities of autonomy of the coloured women.

Key-words: History; Women's History; Brazil Colony; Goiás; Gender Studies.

**LISTA DE ABREVIATURAS**

Arquivo Histórico Fundação Frei Simão Dorvi ..... AHFFSD

Arquivo Histórico Ultramarino ..... AHU

Administração Central..... ACL

Conselho Ultramarino..... CU

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I: Entre o atlântico e o sertão: algumas reflexões.....	16
1. O período colonial na historiografia regional.....	17
2. Contexto atlântico e mobilidade social.....	30
Capítulo II – Goiás, 1780 – 1822.....	36
1. Condições das viagens.....	36
2. A formação da capitania de Goiás e os descaminhos do ouro.....	43
3. Rotas e Gentes .....	53
Capítulo III – Historiografia das mulheres em perspectiva.....	62
1. Os redimensionamentos da História e os estudos de gênero.....	62
2. Agências femininas no Brasil Colônia.....	69
3. Repensando a história das mulheres em Goiás.....	73
Capítulo IV – Mulheres e vida urbana na capitania de Goiás.....	78
1. O discurso dos viajantes e a idéia de degradação moral.....	78
2. Casamentos e uniões ilícitas.....	83
3. Formas de obtenção de alforria.....	90
4. Negócios femininos e gerenciamento de riquezas.....	100

Considerações Finais.....	109
Anexo 1 – Lista de mulheres .....	112
Referências Bibliográficas.....	114
Fontes.....	114
Dicionários e Enciclopédias.....	115
Bibliografia.....	116

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Brasil e Maranhão Pará no século XVIII.....	21
Mapa 2: Estados de Goiás e Tocantins – Fatores de Urbanização .....	46
Mapa 3: Mapa da capitania de Goiás - 1753.....	47

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Goiás, antiga Vila Boa, capital da Capitania de Goiás.....	61
--	----

## INTRODUÇÃO

As experiências de mulheres durante o período da colonização no Brasil têm recebido diferentes interpretações que podem ser verificadas nas variadas abordagens produzidas pelo discurso historiográfico. A noção de patriarcalismo postulada por Gilberto Freyre foi empregada durante muito tempo como a principal baliza para a compreensão da organização social e, principalmente, da vida familiar e doméstica durante o período colonial. A ênfase no poder de decisão e na liderança que deveria, supostamente, emanar da figura masculina representada pelo patriarca resultou na construção de uma imagem feminina baseada em aportes como reclusão, submissão e passividade. Às negras e índias, destacou-se o estigma vincado na sexualidade, considerando essas últimas mulheres como promíscuas e inclinadas à devassidão.

As reflexões posteriores à grandiosa obra de Freyre foram bastante profícuas no que se refere à desmistificação da sociedade patriarcal centrada na figura masculina e à diversidade de estratégias colocadas em prática por mulheres. Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem vivenciado um período de significativa produção no âmbito da História das mulheres em uma perspectiva de gênero.

A pesquisa ora apresentada se integra às tendências mais recentes, no intuito de ampliar as interpretações sobre os diferentes modos de vida, de trabalho, de arranjos familiares, de constituição de poderes, entre muitos outros aspectos que atravessaram as relações de gênero no período colonial. Desse modo, objetivamos lançar interpretações sobre as mulheres e suas variadas estratégias de atuação na vida social da capitania de Goiás, oficialmente criada no contexto da mineração setecentista, especificamente no período que corresponde ao último quartel do século XVIII até a segunda década do século

XIX (1780 – 1820) momento em que viajantes europeus visitaram a região nos fornecendo valiosas descrições a respeito. Observando os discursos produzidos sobre as mulheres nos relatos europeus ou nas formalidades dos manuscritos, enfatizamos suas participações enquanto agentes das dinâmicas sociais tecidas nos espaços mais distantes da América portuguesa, lançando luz sobre as formas de gerenciamento e circulação de riquezas, bem como sobre as possibilidades de emancipação e autonomização das escravas.

A escolha do recorte espacial circunscrito pela capitania de Goiás foi reflexo de pesquisas realizadas em arquivos da Cidade de Goiás (antiga capital), onde encontramos um considerável manancial de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX, que nos possibilitaram o conhecimento de alguns detalhes sobre as mulheres que povoaram essa região localizada no centro do território brasileiro.

A compreensão do período colonial tardio em Goiás tem sido largamente explorada em estudos mais clássicos sob o viés da crise e decadência da economia mineradora, potencializada pela localização longínqua dessa capitania. Tal circunstância obviamente acarretou um abrandamento das dinâmicas tecidas entre o atlântico e o sertão. Entretanto, a idéia de estagnação atribuída ao meio social acaba por dissimular e encobrir um vasto campo de experiências, generalizando o refluxo econômico para o comportamento da população.

Na medida em que aprofundamos a leitura da documentação, avultam registros de mulheres gerenciando bens, transmitindo riquezas e, sobretudo, conquistando a condição de forras. Ao lado dessas vívidas dinâmicas protagonizadas por mulheres, deparamos com diversos registros de escravos e escravas procedentes da África, ao lado da majoritária referência aos seus descendentes e à população mestiça nascida no Brasil. Essas informações nos levaram a repensar os sentidos de crise e isolamento atribuídos à capitania

de Goiás na última porção do período colonial. As diversidades presentes na documentação revelaram que a sociedade goiana não se manteve plenamente isolada nem tampouco estagnada. Ainda que em menor intensidade, a circulação de pessoas e de mercadorias continuou ocorrendo nas áreas desse vasto interior.

Para proceder ao estudo das mulheres na sociedade colonial goiana, cotejamos os documentos cartoriais pesquisados nos arquivos, os relatos produzidos por viajantes estrangeiros (John Pohl e Saint-Hilaire), as memórias escritas por funcionários da administração metropolitana (Cunha Mattos, Alencastre e Segurado), a historiografia regional, algumas obras que tematizam a história das mulheres na colônia, onde se incluem também estudos de gênero.

O primeiro capítulo se concentrou na análise dos dois conceitos que dão título a essa pesquisa: o atlântico e o sertão. Intentamos demonstrar que a ênfase na crise e na decadência da mineração corrobora o entendimento dessas duas referências geográficas como diametralmente opostas e inconciliáveis. Em contrapartida, direcionamos o debate para o contexto de grandes movimentações e trocas que caracterizaram, em larga escala, a constituição do espaço atlântico na época moderna.

O segundo capítulo dedicou-se à contextualização da capitania de Goiás no século XVIII, considerando as circunstâncias de criação das primeiras vilas e arraiais a partir dos achados auríferos e o período subsequente, caracterizado pelo refluxo da economia mineradora. Buscamos dar destaque à heterogeneidade que caracterizou a composição da população da capitania de Goiás e também à mobilidade geográfica e social aí vivenciada.

No terceiro capítulo fazemos um breve panorama sobre a historiografia das mulheres e os estudos de gênero. A renovação teórica e metodológica assistida pela disciplina História nas últimas décadas criou respostas criativas no que tange às

formulações que tratam da História de mulheres no campo dos estudos de gênero. Para o recorte do Brasil colonial, citamos alguns estudiosos que tem contribuído de maneira significativa especificamente no que se refere à visibilidade feminina. Por fim, reunimos trabalhos que enfocam as mulheres em Goiás no século XVIII e XIX.

No quarto e último capítulo aprofundamos a análise das fontes selecionadas, refletindo sobre as construções de gênero contidas nesses diferentes discursos sobre as mulheres na capitania de Goiás. Ao passo que os viajantes destinam a elas a responsabilidade pelo contexto que designaram como de “desregramento moral”, os manuscritos revelam as diversas estratégias levadas a efeito pelas mulheres no que concerne às uniões conjugais, às formas de obtenção de alforria, aos negócios e agências femininos e às possibilidades de autonomização das mulheres de cor.

Em suma, o trabalho se justifica no âmbito da renovação observada nos estudos sobre História das mulheres no Brasil colonial em uma perspectiva de gênero, bem como na ampliação temática das pesquisas que abordam a História de Goiás.

## CAPÍTULO I

### ENTRE O ATLÂNTICO E O SERTÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

#### **Estória do Aparelho Azul – Pombinho**

*Cora Coralina<sup>1</sup>*

*Minha bisavó  
– que Deus a tenha em bom lugar –  
Inspirada no passado  
sempre tinha o que contar.  
Velhas tradições. Casos de assombração.  
Costumes antigos. Usanças de outros tempos.  
Cenas da escravidão.  
Cronologia superada  
Onde havia bangüês  
Mucamas e cadeirinhas.  
Rodas e teares. Ouro em profusão,  
posto a secar em couro de boi.  
Crioulinho vigiando de vara na mão  
pra galinha não ciscar.  
Romanceiro. Estórias avoengas...  
Por sinal que uma delas embalou a minha infância.*

*Era a estória de um aparelho de jantar  
que tinha sido encomendado em Goiás  
através de uma rede de correspondentes  
como era de norma, naquele tempo.  
Encomenda levada numa carta  
em nobre estilo amistoso – comercial.  
Bem notada. Fechada com obreia preta.*

*Carta que foi entregue de mão própria  
ao correspondente da Corte,  
que tinha morada e loja de ferragem  
na Rua do Sabão.  
O considerado lusitano – metódico e pontual–,  
a passou para Lisboa.  
Lisboa passou para Luanda.  
Luanda no usual  
passou para Macau.  
Macau se entendeu com mercadores chineses.  
(...)*

*Enquanto se esperava, escravas de dentro  
ficavam na roda e urdiam no tear  
Mucamas compenetradas mestreadas por rica dona  
sentadas nas esteiras, nos estrados de costura,  
desfiavam, bordavam, crivavam,  
repolegavam o bragal de minha avó.  
Sinhazinha de catorze anos –fermosura.  
Prendada. Faceira.  
Muito certa na doutrina.  
Entendida do governo de uma casa  
E analfabeta.  
Diziam os antigos educadores:  
- Mulher saber ler não é virtude.  
(...).*

<sup>1</sup> CORALINA, 2001, p. 49-54.

## 1. O período colonial na historiografia regional

A fabulosa *Estória do aparelho de jantar azul pombinho*, contada nos majestosos versos da poetisa goiana Cora Coralina, evidencia interessantes aspectos da vida quotidiana da Cidade de Goiás, cidade que se manteve como centro político e administrativo da capitania e, posteriormente, província de Goiás, até a transferência da capital para Goiânia, já no século XX<sup>2</sup>. A utilização da louça chinesa para o casamento da jovem Sinhazinha revela o consumo distinto e sofisticado de certas famílias locais que, como tantas outras famílias de diferentes localidades do Brasil oitocentista, buscaram adotar hábitos considerados civilizados segundo os padrões de comportamento postulados pelo Ocidente Europeu. Nos retratos da vida urbana expostos por Cora Coralina, observamos escravos e escravas que desempenhavam as tarefas ditadas por suas afortunadas senhoras. Enquanto a tropa que se embrenhara sertão adentro para finalmente buscar o aparelho de jantar não retornava, mucamas ‘mestreadas por rica-dona’ cuidavam dos preparativos para a festa da prendada moça.

Os versos também nos dão notícia da dimensão dos fluxos intercontinentais, onde viagens extremamente longas entre as áreas mais longínquas da América e outros continentes eram viabilizadas por uma ‘rede de correspondentes como era norma naquele tempo’. As negociações com esses mercadores provavelmente deveriam constituir uma das principais alternativas para fazer a dita encomenda que saiu do distante interior de Goiás, chegou até o litoral brasileiro, de lá passou por Lisboa, contornou a costa da África viajando até Luanda para, finalmente, chegar em Macau e, depois de laborado o prodígio,

---

<sup>2</sup> Atualmente esse núcleo urbano recebe o nome de Cidade de Goiás ou simplesmente Goiás. No contexto de sua edificação no início do século XVIII tal localidade foi chamada Arraial de Santana e, em 1739, tornou-se Vila Boa de Goiás. Nessa pesquisa, utilizamos a palavra Goiás quando estamos nos referindo à capitania de forma ampla e o termo Vila Boa quando tratamos da antiga capital durante o período colonial.

retornou ao seu destino, na Cidade de Goiás. Pela extraordinária rota percorrida para encomendar o aparelho de jantar, tal como é contada por Cora Coralina, percebemos que já no século XIX, após o glorioso período da mineração, a região ainda manteve significativas trocas com os espaços de além-mar, possibilitando a circulação de produtos considerados refinados a exemplo de porcelanas chinesas e xales da Índia.

Passando da obra literária para os usos e costumes da população, as interações culturais tecidas entre o atlântico e o sertão<sup>3</sup> manifestam-se também através dos hábitos alimentares típicos da região. Ainda hoje, o visitante que passa pela Cidade de Goiás pode saborear o “pastelzinho” fabricado em casas de doceiras locais. A iguaria representa a versão goiana dos pastéis de Belém provenientes de Portugal, após serem reelaborados e adaptados às condições regionais pelo uso de ingredientes tropicais. Por outro lado, palavras de origem quimbundu, da região da África Central Ocidental, são comuns em Goiás. Um exemplo pode ser notado pelo termo “quitanda”, que designa tipos de biscoitos, roscas e bolos secos, fabricados à base de féculas e farinhas pelas chamadas “quitadeiras”<sup>4</sup> e que ainda hoje são largamente consumidos pelos habitantes da Cidade de Goiás. As “quitandas” costumam ser apreciadas na hora do lanche ou do cafezinho, fazendo parte dos momentos de lazer e das relações de hospitalidade do anfitrião. Esse termo demonstra uma das muitas resignificações de sentido sofridas pelas palavras africanas. Entre os quimbundu, “quitanda” refere-se, quase sempre, a mercados, feiras e espaços de negociações<sup>5</sup>. Sentido mais próximo ganhou o termo na região sudeste, especialmente no

---

<sup>3</sup> A categoria sertão é aqui empregada para se referir à região abarcada pela capitania de Goiás, servindo como contraponto (e extensão) à noção de espaço atlântico. A alusão ao sertão e ao atlântico pretende aproximar analiticamente essas duas categorias que designam espaços distantes do ponto de vista geográfico, enfatizando as relações móveis e dinâmicas que aproximaram esses espaços. Para outras análises sobre os significados atribuídos ao sertão, ver: CARRARA, 1996; CORRÊA, 2005; LEONARDI, 1996, p 307-322.

<sup>4</sup> ORTENCIO, [s.d.], p. 145-146.

<sup>5</sup> RIBAS, 2002, p. 255.

estado do Rio de Janeiro e São Paulo, onde denomina lojas que vendem verduras e legumes.

Os exemplos dos “pastelzinhos” e “quitandas” entre os hábitos alimentares de Goiás lança questões sobre a dimensão dos fluxos intercontinentais ocorridos na época moderna, principalmente no que se refere à construção de diferentes formas culturais. Nesse sentido, as mudanças provocadas pelo encontro de indígenas, africanos e europeus na América colonial estão longe de se apresentar um acúmulo harmônico de traços provenientes de cada um desses grupos. A mestiçagem entre povos e imaginários pode ser compreendida, nesse contexto, como junções fluidas e desconexas de fragmentos que se imbricam, se justapõem ou se contradizem de forma imprecisa e mutável, na qual reside uma grande margem de imprevisibilidade<sup>6</sup>.

Durante o século XVIII, imersos nesta ampla rede de conexões que interligou o interior da América portuguesa e os espaços de além-mar, africanos provenientes de diferentes regiões se deslocaram em direção ao interior da colônia para trabalhar nas minas, chegando também à capitania de Goiás. Seguindo os traços de Cora Coralina, notamos que apesar da distância territorial existiram estratégias de mobilidade geográfica responsáveis por fazer a conexão entre o atlântico e o sertão, revelando que essas regiões aparentemente opostas puderam estabelecer relações de complementaridade em circunstâncias históricas específicas. No caso do Brasil colonial, as interações realizadas com as populações indígenas foram de fundamental importância para as travessias terrestres e fluviais que uniram as zonas do interior à costa, por onde circularam grupos imigratórios vindos da Europa e da África<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> GRUZINSKI, 2003, p. 57-69.

<sup>7</sup> Leonardi salienta o quanto o trabalho indígena foi indispensável para a penetração dos portugueses na região amazônica e nas conexões entre São Paulo e Mato Grosso no século XVIII, tendo atuado como remeiros, pilotos e proeiros, e também na construção de canoas. LEONARDI, 1996, p. 82. Interessante notar que no

No contexto das penetrações ocorridas no início do século XVIII especialmente a partir dos achados da mineração, pequenos arraiais foram fundados em áreas infiltradas pelo interior do território, resultando na formação de diferentes capitanias cujas áreas encontravam-se até então vinculadas à capitania de São Paulo, como foi o caso de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Mapa 1). A produção aurífera das minas goianas ocorreu de forma súbita, caracterizando-se por um momento de avultosos lucros seguido de um refluxo nessa atividade. Do ponto de vista oficial, os significativos valores alcançados nas décadas subseqüentes à mineração logo cederam lugar aos rendimentos progressivamente menores obtidos ao longo da segunda metade do século XVIII<sup>8</sup>.

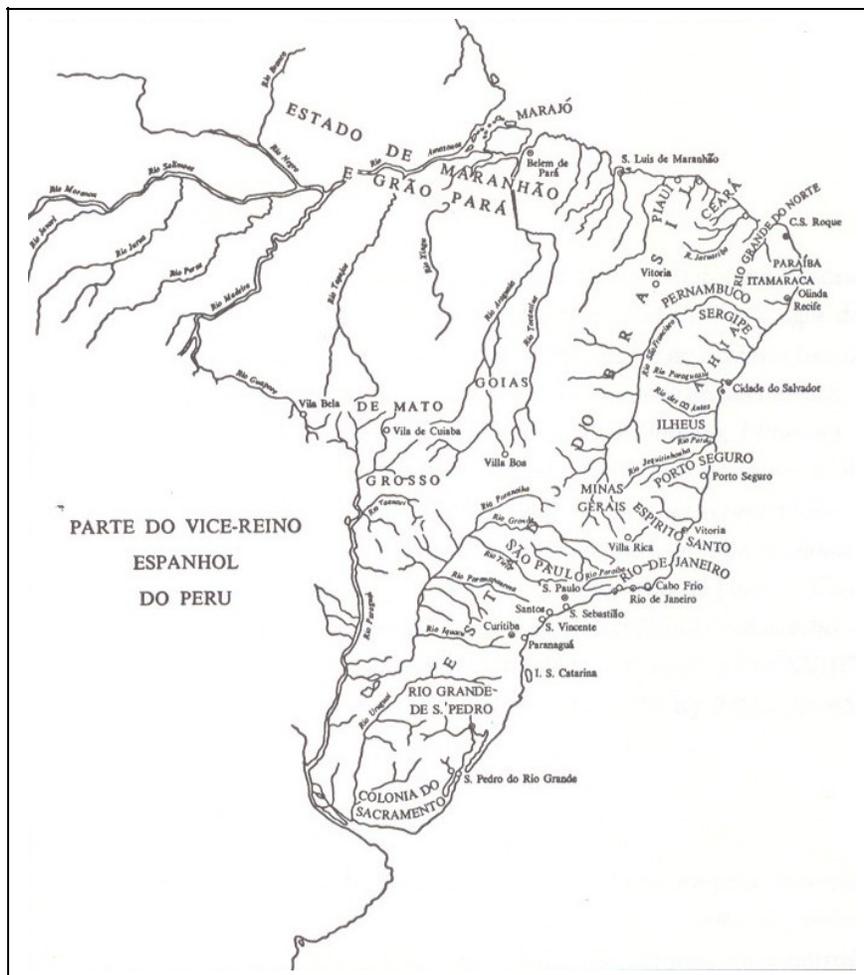
Considerando a rápida oscilação da economia mineradora goiana, a idéia de crise inevitável é um dos principais referenciais empregados para definir o período que compreende principalmente o último quartel do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Portanto, a representação do tempo histórico para Goiás encontra-se amarrada pelo sentido da crise<sup>9</sup>, pois essa é a principal baliza para os discursos que abordam o passado da região. Por outro lado, a partir do marco de 1822 e seguindo ao longo dos oitocentos, a concepção de crise torna-se mais branda, cedendo lugar para a atenção ao renovado vigor apresentado pelas rotas de comércio com as regiões do Maranhão, Pará e

---

continente africano, os traços locais também influíram nas viagens que ligavam a costa ocidental aos pontos mais longínquos localizados no interior, especialmente por meio do transporte fluvial. Cf. THORTON, 2004, p. 59-62.

<sup>8</sup> Rendimento dos quintos do ouro na capitania de Goiás, 1752-1822. Apud. SALLES, 1983, p. 261-263.

<sup>9</sup> SANDES, 2001, p. 24.



MAPA 1

Brasil e Maranhão Pará no século XVIII

Fonte: BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825.*

São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Mapa 7.

Bahia; além da ênfase atribuída à expansão das atividades pecuárias<sup>10</sup>. Nesse sentido, após a crise da mineração, o dinamismo comercial e a produção agropastoril estariam promovendo a nova inserção de Goiás na esteira do desenvolvimento e do progresso, expressada também por meio das tentativas de organização do espaço público e normatização das condutas familiares levadas a efeito pelas autoridades do império<sup>11</sup>.

Entretanto, à sombra das circunstâncias de carestias que caracterizaram o período colonial tardio em Goiás, observamos a presença de diversas mulheres executando negociações familiares por meio de transmissão de bens e também diversos registros de escravas que compraram suas alforrias adquirindo a liberdade – ainda que tais registros representem um ponto de vista formal. Isso significa que mesmo no momento qualificado como decadente, membros da população barganhavam estratégias em benefício de seus interesses e melhor status. Tais possibilidades exprimem um contexto de intensa mobilidade social. A análise sobre esse vasto campo de experiências visualizado para a região exige um redimensionamento das problemáticas relativas ao desalento econômico e à redução do ouro.

Em variadas pesquisas que tratam do recorte espacial da capitania de Goiás, encontrarmos argumentos que pendem para o quadro de decadência praticamente incontornável para o intervalo que abrange o ano de 1780, até aproximadamente a década de 1820. Assim, após as dinâmicas encetadas pela mineração, uma atmosfera de letargia e prostração teria pairado sobre a capitania. Entre os aspectos mencionados pela historiografia para explicar o diagnóstico de crise da região durante o referido período, podemos identificar a ênfase no refluxo das minas, na localização geográfica distante das áreas do litoral e na falência do poder administrativo colonial. Nessas análises, encontramos

<sup>10</sup> BERTRAN, 1978, p. 59-61.

<sup>11</sup> MORAES, 1999, p. 133; RABELO, 1997.

poucas referências sobre as formas de inserção e estratégias de atuação das mulheres na sociedade colonial goiana.

Entre os renomados estudiosos da história de Goiás destaca-se Antônio Americano do Brasil<sup>12</sup>, famoso intelectual goiano do início do século XX. Utilizando uma abordagem linear, o autor confere em seus escritos especial atenção ao processo de formação política e administrativa de Goiás, no recorte que abrange o século XVIII até as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, sua obra narra a sucessão dos governadores, ressaltando as ações voltadas para os negócios de interesse público, atendendo às diligências estabelecidas pela coroa portuguesa. A catequização indígena, as dificuldades na defesa das fronteiras, os problemas no recolhimento de impostos e, sobretudo, as iniciativas em prol da mineração e outras atividades econômicas estão entre os temas mais relevantes na análise de Brasil. Ao tratar da segunda metade do século XVIII, esse mesmo autor descreve as dificuldades que se impunham ao poder oficial e que obstaculizavam a recuperação da capitania após o declínio da mineração: os contrabandos realizados na porção norte, as questões religiosas com os indígenas, as resistências à cobrança de impostos e a falta de uma ‘polícia severa’<sup>13</sup>.

Apesar do enaltecimento destinado à atuação de homens públicos, observamos uma mulher ganhando destaque na narrativa de Brasil. Tal visibilidade é reservada à Damiana da Cunha, índia caiapó que crescera entre a família do Capitão General Dom Luís da Cunha Menezes (governador entre os anos de 1778 e 1783), oferecida em resposta à comitiva de paz enviada por esse político, com interesse de abrandar as perseguições e as guerras efetuadas entre os caiapós e os colonizadores europeus. Relatando a situação de algumas comunidades indígenas em período posterior, Brasil defende a importância da aldeia de São

---

<sup>12</sup> BRASIL, 1961, 1980.

<sup>13</sup> BRASIL, 1980, p. 65.

José de Mossâmedes, “que não foi abandonada pelos Caiapós e Carajás pela tenacidade e influência da célebre índia D. Damiana da Cunha, a mais notável catequista que já teve Goiás”<sup>14</sup>. De um modo geral, o elogio direcionado a Damiana da Cunha é justificado a partir de suas ações no intuito de atenuar os conflitos com os indígenas seguindo os padrões europeus, aspecto que é considerado pelo autor como um dos principais problemas para as autoridades locais.

Nas obras do notável historiador espanhol Luis Palacin<sup>15</sup>, reconhecido pesquisador sobre a História de Goiás, percebemos as circunstâncias ambíguas e instabilidades que marcaram a região na segunda metade do século XVIII. A análise de Palacin sustenta que a mineração teria sido a grande responsável pela formação das vilas e pelo povoamento das áreas do interior, como é o caso de Goiás. Assim, na medida em que as explorações auríferas iniciaram um gradual processo de refluxo, toda a rede social estabelecida à sombra dessas atividades estaria, obviamente, fadada à decadência. Discussões acerca da redução dos metais, da posição geográfica e das instituições oficiais são elucidadas no intuito de compreender o contexto em questão. Conjugando esses fatores, o autor salienta que “ao acabar-se o ouro, a inevitabilidade das distâncias deveria impor-se com sua realidade brutal. As populações do interior ficavam isoladas, quase como náufragas, sem possível retorno”<sup>16</sup>. Ainda descrevendo sobre a situação no final do século XVIII, Palacin comenta que a decadência em Goiás pode ser representada como “uma transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca”<sup>17</sup>.

Em outra pesquisa, Palacin analisa as devassas contra as corrupções administrativas ocorridas na capitania de Goiás, conseqüência das tentativas de revitalização empreendidas

---

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*, p. 83.

<sup>15</sup> PALACIN, 1983, 1994.

<sup>16</sup> PALACIN, 1994, p. 123.

<sup>17</sup> PALACIN, 1992, p. 136.

pelo Marquês de Pombal. A conjuntura de decadência responsabilizando sobretudo a má conduta das autoridades coloniais e da população. No entanto, como vaticina o autor, essas problemáticas apresentam uma natureza ‘geral’ e não conformam especificidades da capitania de Goiás:

“Ao indagar sobre as causas do alastramento desta endemia, as explicações mais óbvias – o que não as torna menos verdadeiras – que ocorrem a qualquer um são as gerais: a psicologia do funcionário colonial de todos os tempos e de todos os lugares, ávido de lucros, falta de controles – dos externos pela distância, dos internos pela consciência de superioridade e conseqüente desprezo para com a opinião local; no caso das minas, tão distantes, primitivas e violentas, haveria que acrescentar a anarquia das origens, a ínfima qualidade moral dos primeiros povoadores, o desregramento familiar e sexual da quase totalidade dos habitantes favorecidos pela escravatura, a violência estrutural imanente da própria escravatura e do extermínio sistemático do índio”<sup>18</sup>.

Todavia, tal quadro de decadência deve ser relativizado, pois Palacin também chama atenção para o crescimento da população da capitania de Goiás verificado nas duas últimas décadas do século XVIII, que aparentemente ocorreu independente dos déficits nas extrações auríferas<sup>19</sup>. Ao mesmo tempo, aumentava o número de mulheres libertas, como constatamos pela análise da documentação. Essas estratégias de mobilidade feminina encontram-se, em larga medida, diluídas nas informações genéricas e estruturais que descrevem a população. O próprio Palacin explicita a carência das pesquisas no sentido de apreender maiores detalhes sobre os diversos grupos que habitaram a capitania de Goiás, afirmando que “os documentos até agora disponíveis oferecem apenas uma pálida idéia, breve lampejo, do que foram e como operaram a sociedade, a cultura e as mentalidades em Goiás colonial”<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> PALACIN, 1983, p. 40-41.

<sup>19</sup> PALACIN, 1994, p. 69. Tal fato também é notado por Bertran: “A capitania de Goiás não sofreu retrocesso demográfico real. Havia sim, violenta deterioração de população aglomerada, urbana”. BERTRAN, 1978, p. 58.

<sup>20</sup> PALACIN, 1995, p. 183.

Outros historiadores que oferecem grandes subsídios para a análise da história de Goiás são Paulo Bertran<sup>21</sup> e Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles<sup>22</sup>. Em suas obras, as temáticas em torno da ineficiência do poder local, da distante localização geográfica e da redução aurífera são usualmente exploradas para a interpretação do período subsequente à mineração. Nas produções desses autores publicadas entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, aspectos econômicos recebem especial atenção. De um modo geral, a abordagem do período colonial em Goiás encontra-se centralizada na exploração das minas, atividade que causou grande impacto na região e que dinamizou os fluxos para o interior. Com o colapso do ouro que se anunciou no final dos setecentos, a questão da localização geográfica é utilizada para completar o diagnóstico de crise atribuído à sociedade goiana:

“Parece evidente que para as condições da época, o custo de manutenção social era tão crescentemente elevado em relação às distâncias das lavras que apenas as fases de mais alto rendimento das bateias em Goiás ou Mato Grosso tornaram a mineração aí equivalente em termos de oportunidade à de Minas Gerais.”<sup>23</sup>

A comparação com a região das Minas Gerais, tal qual mencionada por Bertran nos remete a alguns dos variados aspectos que diferenciaram essas duas áreas formadas a partir da mineração. Do ponto de vista produtivo, os mineiros contavam com recursos mais favoráveis como o grande volume de ouro arrecadado, o significativo contingente populacional, o alto número de aglomerações urbanas e a maior proximidade dos portos. Por outro lado, na capitania de Goiás as vilas e pequenos arraiais estabeleceram-se de maneira dispersa e flutuante. Exemplos de pequenos estabelecimentos erguidos provisoriamente em razão da exploração dos metais e que foram posteriormente

---

<sup>21</sup> BERTRAN, 1978, 1996.

<sup>22</sup> SALLES, 1983.

<sup>23</sup> BERTRAN, 1978, p. 38.

abandonados indicam a mobilidade geográfica que atravessou o contexto<sup>24</sup>, no qual a instabilidade dos rendimentos pode ter favorecido a circulação de pessoas, ainda que em números modestos. Sobre as relações entre a queda do ouro e as oportunidades econômicas oferecidas na capitania de Goiás, Gilka Vasconcelos faz referência à superioridade do ouro de Minas Gerais, ressaltando a questão dos tributos e também os obstáculos físicos que dificultavam o acesso para Goiás:

“Modesta foi a produção aurífera dos Goyazes, comparada à das Gerais, assim também o foi o comércio do longínquo centro – oeste. A muralha do controle fiscal, linha mestra do mercantilismo europeu, primou em lançar em torno da região aurífera a cortina dos registros em conjunção com a barreira natural da Serra Geral. (...) No interregno gerador de novas potencialidades econômicas, certa estagnação alarmou a região”<sup>25</sup>.

Entretanto, a despeito das barreiras naturais e dos fenômenos climáticos<sup>26</sup> que tornavam as viagens para Goiás mais longas e penosas, outras alternativas de obtenção de ganhos manifestaram-se à revelia das restrições poder oficial. Sinalizando para essa questão, Salles afirma que “nos descampados do norte e nordeste o comércio ilícito talvez fosse mais rendoso que o dos estabelecimentos legalmente instalados”<sup>27</sup>. Podemos estimar que o contrabando constituía prática comum em Goiás e que as distâncias e os obstáculos naturais não teriam bloqueado em absoluto a mobilidade geográfica entre o atlântico e o sertão. Especialmente no norte da capitania, a incidência de extravio do ouro por meio de negociações ilícitas era um problema para as autoridades que desejavam intensificar as viagens para o Pará<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> Entre os núcleos que surgiram no período da mineração e que desapareceram temos: Ouro Fino, Barra e Anta. Ver Mapa 2.

<sup>25</sup> SALLES, 1983, p. 157.

<sup>26</sup> O clima da região centro-oeste do Brasil caracteriza-se basicamente pela existência de duas estações: chuvosa e seca. Tal fato é usualmente mencionado pelos viajantes na descrição de suas viagens pelo interior.

<sup>27</sup> SALLES, 1983, p.161.

<sup>28</sup> DOLES, 1973, p. 44.

A prática do contrabando nos faz refletir sobre as interações tecidas entre o interior e outras áreas da colônia fora do prisma do poder oficial. A compreensão do isolamento como obstáculo é em grande parte tributária dos discursos das autoridades coloniais que empenharam esforços para reacender a riqueza do ouro<sup>29</sup>. Desse modo, a idéia de imobilismo econômico (decorrente da localização geográfica e do decréscimo das minas) na apreensão da vida social destoa do vasto campo de interações e dinâmicas estabelecidas no âmbito interno e externo, seja por meio das redes tecidas apenas entre as pequenas vilas e arraiais, e também pelas movimentações efetuadas com os espaços de além-mar.

Além de estar associado aos discursos das autoridades coloniais, o emprego de conceitos como isolamento, pobreza e estagnação para a caracterização do pós-aurífero em Goiás pela historiografia regional, é também em grande parte tributário dos relatos deixados pelos viajantes europeus e das memórias escritas por outros intelectuais da época<sup>30</sup>. Utilizados em diversas pesquisas que abordam a temática da capitania de Goiás, os trabalhos deixados pelos estrangeiros qualificam o sertão brasileiro como uma expressão do atraso, da pobreza e da falta de civilidade, contrastando significativamente com os padrões ocidentais. Não obstante a aversão observada nas narrativas estrangeiras em relação às áreas do interior, essas obras contém interessantes informações acerca da vida cotidiana da população da capitania de Goiás, inclusive no que tange às mulheres.

É importante sublinhar que a redução das atividades da mineração de fato representou um significativo refluxo em relação ao momento vivido anteriormente. Todavia, tencionamos discutir que a noção de crise e decadência irremediáveis passa ao

---

<sup>29</sup> Em memória escrita em 1806, o ouvidor da comarca sul Joaquim Theotonio Segurado, trata da localização geográfica de forma dúbia. A localização longínqua por vezes é evocada como causa dos males da região, ou, simultaneamente, como elemento promissor, por estar situada no cruzamento de diferentes rotas. SEGURADO, 1984.

<sup>30</sup> RIBEIRO, 2001, p. 26.

largo das diversas formas de sociabilidade construídas pelos diferentes matizes que constituíram a população da capitania de Goiás. Nesse ambiente disperso, característico das longínquas áreas do interior da América colonial, presume-se que a atuação das esferas oficiais tenha ocorrido de forma minoritária e fragmentada, possibilitando a existência de práticas cotidianas que envolveram a construção de arranjos a partir dos poderes locais.

Considerando, por um lado, os referenciais de isolamento e pobreza reiterados pela historiografia e, por outro, as representações pejorativas elaboradas pelos viajantes que, mesmo circunscritas ao contexto oitocentista influenciaram muitas descrições sobre a região, temos uma construção generalizante a respeito da capitania de Goiás. A população e suas vivências cotidianas, ditadas pela imprevisibilidade, são pouco exploradas a partir de múltiplas dimensões, seja em suas ramificações locais ou a partir de um pano de fundo mais amplo, que caracterizou os fluxos intercontinentais realizados ao longo do século XVIII.

Outros referenciais podem ser utilizados para servir de apoio às reflexões que se ocupam da temática, dando visibilidade a uma rede de experiências pouco exploradas em trabalhos nos quais questões políticas e econômicas consistem no principal objeto de investigação. Em um viés menos polarizado, a escassez das minas ocorrida no último quartel do século XVIII se impôs como uma nova circunstância à qual homens e mulheres deveriam se adaptar, construindo respostas criativas de acordo com suas demandas diárias.

Ponderamos que as idéias de crise e decadência, ao nortearem as concepções acerca do período colonial tardio em Goiás, resvalam na visualização de um quadro social na qual os agentes históricos estão praticamente estáticos, vítimas da desventura da mineração. As relações encetadas nesse contexto podem ser interpretadas de maneira mais fluida e dinâmica, pois propiciaram encontros e desencontros entre comunidades indígenas, funcionários da coroa em suas funções laicas e eclesiásticas; além do grande contingente de

homens e mulheres africanos residentes nessas pequenas aglomerações urbanas. Assim, o poema de Cora Coralina é bastante inspirador no que concerne à heterogeneidade da população (composta por sinhás, escravas, funcionários reais) e, sobretudo, no que se refere à aproximação entre o atlântico e o sertão.

## 2. Contexto atlântico e mobilidade social

Ao longo da época moderna, consideráveis trocas materiais e humanas foram experimentadas entre o continente europeu, a África e as Américas, por meio do contexto atlântico. Intensamente navegado durante alguns séculos, os fluxos realizados por esse imenso oceano provocaram muitos encontros e desencontros para os grupos que ficavam e também para aqueles que partiam. Enquanto alguns laços sociais se desatavam, outras redes eram tecidas nos diferentes espaços nas três dimensões. Apesar da relevância atribuída a tais interações no contexto do Brasil Colônia, pouca atenção tem sido concentrada no alcance que os intercâmbios exerceram sobre regiões remotas, cuja população era também mais modesta, localizadas no interior do território. Ainda assim, esses espaços longínquos devem ser examinados como extensões dos fluxos marítimos, pois desempenharam um papel estratégico nas relações comerciais operadas na colônia.

A abertura do atlântico iniciada a partir dos séculos XV e XVI ocasionou o encontro, em uma enorme proporção, de povos que outrora não tinham estabelecido contato. Embora esse evento tenha sido fortemente impulsionado pelos europeus, responsáveis por significativos e empreendimentos marítimos em busca de novos horizontes, tais espaços de além-mar apresentaram dimensões mais heterogêneas. Pois

aproximaram também “sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais dos próprios não europeus”<sup>31</sup>.

Portanto, os encontros operados nessas sociedades distintas não ocorreram de maneira bilateral, exclusivamente entre os países europeus e as regiões com as quais esses se relacionaram. Diferentemente dessa visão polarizada, convém assinalar a circularidade das migrações intercontinentais, o que possibilitou diversas formas de contato inclusive entre populações não européias.

O comércio triangular envolvendo África, Europa e Américas realizado via oceano atlântico originou um universo bastante singular. Tal singularidade não se define por uma natureza única ou homogênea, porém reside justamente na diversidade de grupos que atravessaram os mares, num fluir de produtos, pessoas e idéias. Diante disso, a ênfase dada exclusivamente ao elemento europeu e às atividades estritamente comerciais, que teriam desempenhado nesse processo de expansão marítima e posterior colonização, pode ser redimensionada para abarcar diversas facetas que permearam o contexto das dinâmicas estabelecidas ao longo da modernidade.

Assim, a heterogeneidade que caracterizou este mundo atlântico demanda formas de abordagem diferentes destes esquemas tradicionais. Estudos recentes amparados em uma ampla base documental têm questionado a superioridade européia nos intercâmbios, demonstrando as dinâmicas próprias presentes nos outros continentes com as quais os europeus estiveram, acima de tudo, negociando, e não necessariamente dominando. Nesse sentido, cabe uma revisão das hierarquias atentando-se para a multiplicidade de relações que caracterizaram as interações entre as margens e as extensões dos movimentos intercontinentais.

---

<sup>31</sup> WASSELING, 1992, p. 129.

O grande fluxo de pessoas, especialmente provenientes da África, que atravessaram este imenso oceano seguindo para as mais variadas direções e com diferentes objetivos, especialmente entre os séculos XVI e primeiras décadas do século XIX, trouxe consigo variadas identidades étnicas, sociais, religiosas e culturais. As áreas do Brasil colonial, estreitamente inseridas nesse contexto específico, podem ser relacionadas a tais dinâmicas que operaram transformações sobretudo de ordem cultural a partir do contato estabelecido com o outro.

Para o historiador americano John Thornton<sup>32</sup>, a formação do mundo atlântico só foi possível graças ao continente africano, dado o grande contingente populacional que se deslocou da África para outras regiões e também o grau de autonomia que os africanos detinham sobre as negociações. Em uma abordagem africanista, Thornton analisa as dinâmicas particulares presentes no continente africano, ressaltando a constituição de poderes locais e hierarquias sociais responsáveis por dirigir os fluxos internos.

A capitania de Goiás e sua capital Vila Boa não estiveram fadadas a um isolamento pleno como afirma a historiografia. Localizada no centro do território brasileiro, a capitania esteve inserida nas dinâmicas entre os oceanos, que se tornaram mais intensas com o desenvolvimento da atividade mineradora e com a imigração da mão de obra africana. Sua capital Vila Boa, inicialmente chamada Arraial de Sant'anna, fora fundada nas primeiras décadas do século XVIII pelas bandeiras paulistas e manteve-se como centro político e administrativo desta capitania, que nos períodos consagrados da mineração enviou significativas cifras de ouro para a coroa portuguesa.

Não obstante o refluxo ocorrido com o decréscimo do ouro, vale ressaltar que este núcleo urbano não se relacionou apenas em direção à região sudeste, via Minas Gerais e

---

<sup>32</sup> THORTON, 2004.

São Paulo. Vila Boa de Goiás funcionou como elo estratégico para outras regiões do Brasil Central, especialmente pelo fato de estar localizada entre dois grandes sistemas fluviais: o do Amazonas, ao norte, e o dos rios Paraguai/Paraná ao sul<sup>33</sup>. A comunicação com Mato Grosso e com outras regiões mais distantes localizadas ao sul e a oeste, como as fronteiras da Argentina e Paraguai, foi facilitada pela navegação dos rios Paraná e Paraguai que fazem parte da bacia do Prata. Os estados do Pará e do Maranhão, localizados ao norte do território, também estiveram entre os destinos das rotas fluviais que percorreram a capitania de Goiás. Essa conexão foi possível graças à navegação praticada através dos rios Tocantins e Araguaia, que desembocam na região norte, junto aos outros rios da bacia amazônica.

Como é possível constatar, a capitania de Goiás desempenhou o papel de entreposto, integrando grandes rotas fluviais que iam para variadas direções do território. A importância dos rios para os diversos fluxos que ligaram o interior do país a outras regiões mais distantes, não é uma peculiaridade das dinâmicas de comércio operadas no Brasil Central. Os sistemas de trocas que cruzaram os mares alcançaram variadas regiões da África através dos sistemas fluviais. Neste sentido, o transporte aquático realizado pelos rios foi fundamental para a manutenção das navegações oceânicas, atuando como veias dos mares que penetravam em áreas longínquas do continente africano<sup>34</sup>.

As dinâmicas de mestiçagem foram intensificadas a partir das imigrações ocorridas para o interior do território colonial setecentista. De um modo geral, os censos da época evidenciam a grande proporção de grupos negros e mestiços em relação ao baixíssimo número de europeus. Tendo em vista essa pequena parcela de brancos, muitos cargos

---

<sup>33</sup> KARASH, [s/d].

<sup>34</sup> THORTON, 2004: 58-62.

administrativos foram exercidos por homens mestiços<sup>35</sup>, o que denota uma outra lógica nas relações sociais do sistema colonial, extrapolando os limites de uma visão redutora e polarizada entre a resistência ou acomodação. Embora esta tendência analítica tenha sido bastante difundida na historiografia brasileira pela grandiosa obra de Gilberto Freyre<sup>36</sup>, a temática das relações entre diferentes culturas pode ser examinada sob perspectivas mais flexíveis.

A relação entre africanos, indígenas e europeus compreendeu espaços intermediários muitos amplos que evidenciam as dimensões criativas da experiência colonial, superando a idéia fixa de uma acomodação plena ou resistência absoluta ao poder imposto pela metrópole. Vários elementos compõem as faces criativas desses encontros, perpassando as formas de relacionamento social, as práticas religiosas, a culinária, as expressões comunicativas e vale acrescentar também o contato estabelecido entre as diferentes concepções de tempo e espaço que possuíam os índios, os africanos e os europeus.

A interação entre as sociedades africanas e européias proporcionada a partir do comércio atlântico e da colonização, resultou na formação de centros urbanos onde a norma da organização espacial e temporal estavam voltados para os interesses da exploração econômica e da pretensa responsabilidade civilizatória defendida pela metrópole. Contudo, é importante assinalar que a edificação de centros urbanos nas áreas colonizadas não se apresentou como uma simples transposição de elementos implantados tão somente a partir do modelo europeu.

---

<sup>35</sup> KARASH, 2002. Ao passar por Jaraguá, Saint-Hilaire comenta que havia um capelão mestiço. SAINT-HILAIRE, 1975, p. 44.

<sup>36</sup> FREYRE, 1990; 1998.

O mundo atlântico, com suas rotas de comércio que se ramificaram pelas áreas de mineração no Brasil colonial, desenvolveu espaços urbanos que comumente serviram de apoio às dinâmicas. Nesses ambientes que concentraram significativos fluxos decorrentes do deslocamento de mercadorias e pessoas, as trocas envolveram, por exemplo, diferentes formas de comunicação, padrões estéticos e alimentares e normas de relacionamento social, reunido enfim, representações e valores provenientes de diferentes culturas. A insatisfação à situação de subordinação e aos abusos metropolitanos e, simultaneamente, a aceitação de outros elementos europeus, como algumas práticas da religião cristã e o próprio vestuário podem ser compreendidos como aparentemente paradoxais. Todavia esses fragmentos dispersos eram diluídos em conjunto com outras práticas da cultura local, transformando-se em características novas e originais, ainda que tributária de suas matrizes, mas em constante mutação.

Neste contexto de profunda dinâmica social, a análise da experiência colonial deve fundamentar-se em categorias flexíveis e instáveis, buscando abordagens que ofereçam alternativas às classificações dicotômicas e lineares. Projetar a análise histórica de Goiás dentro desse contexto mais amplo pode ser bastante útil para visualizar a região em uma perspectiva dinâmica e relacional.

## CAPÍTULO II

### GOIÁS, 1780 - 1822

#### 1. Condições das viagens

A circulação de pessoas nas áreas circunscritas pela capitania de Goiás no século XVIII está inserida em um movimento mais amplo, no qual diversos fluxos percorreram o interior da colônia. As travessias realizadas por essas incultas regiões geraram, para além da considerável mobilidade geográfica, estratégias de mobilidade social. A experiência vivenciada pelos membros das expedições das bandeiras, das monções<sup>37</sup> e das missões religiosas, por exemplo, esteve mediada por relações ambíguas, de hostilidade e/ou colaboração, com diversos agentes que vêm sendo gradativamente discutidos pela historiografia, como é o caso das populações de origem africana, das mulheres e também dos próprios índios, classificados genericamente sob o signo de selvagens ou de *gentios*.

A atenção excessiva dada às bandeiras paulistas, que teriam sido responsáveis pelo ‘descobrimento’ das primeiras jazidas é outra tendência recorrente nos trabalhos que examinam os processos de ocupação do interior brasileiro nos tempos coloniais. De um modo geral, as descrições sobre a fase inicial da exploração aurífera na primeira metade do

---

<sup>37</sup> As monções foram expedições fluviais realizadas no século XVIII, partindo do porto paulista de Araritaguaba (Porto Feliz) com destino às minas de Cuiabá, situadas no Mato Grosso. Ver: HOLANDA, 1976.

século XVIII são acompanhadas de extensas referências aos bandeirantes, ressaltando seus esforços na colonização dos sertões e no tratamento com as comunidades indígenas.

Ao discutir a penetração dos bandeirantes paulistas pelo interior, Palacin afirma que esses homens foram responsáveis pelo “descobrimento definitivo de Goiás”<sup>38</sup>. Neste sentido, o desbravamento dessas áreas de difícil acesso fora realizado por homens fortes e corajosos que, dotados de espírito aventureiro, se lançaram nessas regiões em busca de riquezas. Tais formulações caracterizam o interior do Brasil como um espaço absolutamente masculino, mantendo as mulheres alijadas das dinâmicas de ocupação que permitiram conexões entre o sertão e o mar.

Não obstante a caracterização do sertão como um espaço isolado e aparentemente despovoado, diversas relações sociais operadas na colônia foram tecidas nesse ambiente onde as fronteiras geográficas permaneceram fluidas por muito tempo, mesmo com as tentativas de demarcação. O fato de estar afastado das zonas do litoral e, por conseguinte da influência imediata das estruturas oficiais lusitanas, permitiu certa maleabilidade no que se refere ao estabelecimento de hierarquias sociais e à criação de arranjos familiares, muitas vezes improvisados e ditados por estratégias da vida cotidiana. Nesse terreno desconhecido, que resguardava obstáculos naturais e no qual residiam diversos grupos indígenas antes mesmo da vinda dos portugueses, ingressaram homens e mulheres provenientes de lugares também distantes, situados nas margens européias e africanas do oceano atlântico.

A formação de vilas e pequenos arraiais nos espaços mais longínquos da colônia está relacionada ao contexto das migrações populacionais ocorridas a partir das primeiras décadas do século XVIII, o que evidencia a circularidade entre mar e sertão, repensando essas categorias de maneira complementar.

---

<sup>38</sup> PALACIN, 1994, p. 16.

Nas últimas décadas do século XVI, algumas expedições circularam pela porção norte da capitania de Goiás, nas proximidades do rio Araguaia. Durante o século seguinte sucederam novas viagens empreendidas sobretudo pelos bandeirantes e pelas missões jesuíticas. As incursões realizadas no século XVII, proporcionaram aos viajantes conhecimentos sobre tais regiões longínquas que alimentavam a expectativa na busca dos metais e, ao mesmo tempo, resultaram no encontro não muito amistoso com diversas populações indígenas, que tiveram alguns de seus membros subjugados pelos grupos sertanistas ou arrebatados às missões religiosas.

Em um primeiro momento, visualizamos dois caminhos percorridos para adentrar o sertão no século XVII. Ao norte, o acesso se dava pela via fluvial do Tocantins, ao passo que, das picadas do centro-sul, prevalecia a penetração das expedições paulistas <sup>39</sup>. As iniciativas tomadas pela coroa portuguesa no intuito de incentivar a busca de riquezas minerais, trouxeram uma maior movimentação para essas zonas aparentemente remotas.

Apesar da relevância atribuída a determinadas tropas que atravessaram a porção central da colônia, supomos que outros andarilhos também estiveram transitando pela região, ainda que não tenham sua presença documentada por registros oficiais. Expondo sobre a dinâmica dos fluxos para o interior e assinalando, ao mesmo tempo, as dificuldades para obter registros sobre as bandeiras desse período, afirma Americano do Brasil que “as paragens goianas tinham sido cortadas em todas as direções. (...) Nas últimas décadas do século XVII tornam-se tão comuns a partida de bandeiras para o descobrimento de metais preciosos que não mais as registram as crônicas, nem as Atas ou Inventários e testamentos do arquivo paulista, sendo provável que muitas se tenham realizado.”<sup>40</sup> Nesse sentido, as poucas referências às migrações vindas do centro-sul indicam, paradoxalmente, a sua

<sup>39</sup> DOLES, 1973, p. 27.

<sup>40</sup> BRASIL, 1961 p. 32-35.

presença na vida cotidiana. Tais fatos por tão corriqueiros teriam se apresentado de forma secundária nas fontes oficiais analisadas pelo autor. Por outro lado, nos rumos da porção norte da capitania de Goiás, predominavam as viagens de cunho religioso, “de raro em raro os cubiçosos do ouro seguiam essa trilha do extremo norte, aberta pelos jesuítas”<sup>41</sup> embora a posterior descoberta de lavras nas proximidades do Tocantins tenha atraído povos de toda a sorte, em busca de oportunidades proporcionadas pelos minerais.

Entre os anos de 1722 e 1728, é criado o Arraial de Sant’Anna, núcleo que posteriormente passou a ser chamado Vila Boa de Goiás e se estabeleceu como centro administrativo da capitania, após a viagem de Bartolomeu Bueno da Silva, filho do Anhangüera, que tornou conhecidas lavras de ouro às margens do rio Vermelho<sup>42</sup>. Mesmo que os fluxos para o interior tenham adquirido uma intensa dimensão intercontinental somente no século XVIII, essas áreas estavam nos roteiros realizados ainda nos meados do século XVII. Entre os viajantes que por aí transitaram no período, é comum a referência a Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera) e Manuel Campos Bicudo, que teriam feito incursões, respectivamente, pelas imediações de Vila Boa e também pelo rio das Mortes por onde habitava o gentio Araés<sup>43</sup>, região que corresponde atualmente ao estado do Mato Grosso.

Os longos trajetos percorridos nessas viagens criaram formas próprias de convívio<sup>44</sup>. Caminhando por morros e rios caudalosos e encachoeirados, defrontando-se com as diferenças do clima e com as enfermidades da região, esses grupos valeram-se muitas vezes do que a natureza poderia oferecer principalmente quando faltavam os mantimentos necessários. Para complementar a dieta oriunda da caça e da coleta de alimentos, o hábito

---

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, p. 33.

<sup>42</sup> ALENCASTRE, 1979, p. 35-43.

<sup>43</sup> BRASIL, 1961, p. 34.

<sup>44</sup> MELLO & SOUZA, 1997.

de plantar roças de subsistência pelos caminhos percorridos foi bastante comum. Ao passar pelas picadas de Goiás em 1769, Inácio Correia Pamplona e pessoas que o acompanhavam plantaram pequenas roças quando acampavam pela região<sup>45</sup>. O relato do alferes José Peixoto da Silva Braga, que participou da expedição do segundo Anhangüera e desertou em seguida da mesma expedição chegando à cidade de Belém do Pará, após dez meses de viagem, nos dá exemplos sobre os alimentos consumidos nessas jornadas. Em passagem pelo rio Grande<sup>46</sup> através de canoas de samaumeira, ainda na companhia do grupo de Bartolomeu Bueno, afirma o alferes que os peixes já não eram suficientes, “assim nos foi preciso marchar cinco dias passando com o que dava a espingarda, pássaros, macacos, palmitos e algum mel.”<sup>47</sup>.

O transporte de mantimentos suficientes configurava uma preocupação indispensável para as tropas de viajantes. Os principais alimentos consumidos nos caminhos para o interior eram farinhas de milho e mandioca, feijão, toucinho e sal, além da presença de barris de aguardente da terra. Os ‘passageiros de maior distinção’ levavam produtos mais diferenciados como: paios, presuntos, biscoitos e vinho<sup>48</sup>. Mesmo com as carências alimentares, algumas tropas carregavam provisões em grande quantidade. O capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em viagem para Cuiabá, mostra que nem sempre a dieta realizada pelos caminhos do sertão era tão regrada assim. Os gêneros levados em sua tropa ultrapassam os víveres necessários, havendo uma grande quantidade de bens supérfluos. Entre as provisões transportadas em sua viagem, temos: 4 arrobas de chocolate, 7 de manteiga, 8 de doces, 18 de açúcar, 7 de aletria, 4 de cuscuz, 4 de peixe seco, 6 barris de biscoitos, 2 de paios, 4 alqueires de grãos, 60 queijos e

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, p. 48.

<sup>46</sup> Rio Grande, situado ao norte de São Paulo

<sup>47</sup> TAUNAY, *Relatos sertanistas*, 1981, p. 125.

<sup>48</sup> TAUNAY, *Relatos monçoeiros*, 1981, p. 64.

144 caixetas de marmelada. Entre os líquidos carregados, são exemplos: 8 barris de vinho, 3 de aguardente da terra (de cana), além de 8 frasqueiras de aguardente do Reino (de uva) e 5 barris de azeite de oliveira<sup>49</sup>.

O transporte fluvial se apresentou como alternativa constante para as rotas que cruzaram o Brasil Central. Apesar da distância que separa o atlântico e o sertão, as zonas do interior são cortadas por diversos rios que, por sua vez, conectam-se às grandes bacias do rio Amazonas (ao norte) e do rio Paraná (ao sul). Assim, os rios não constituíram necessariamente um obstáculo às marchas realizadas a pé. Em sua pesquisa sobre as monções saídas de São Paulo no século XVIII, Sérgio Buarque de Holanda ressalta a importância das passagens pelos cursos d'água para transitar pela região:

“E também não faltavam ocasiões em que os rios, deixando de significar um estorvo para o caminhante, se transformavam, eles próprios, em caminhos – os *caminhos que andam*. Embora não constituíssem, ao menos de início, a via mais habitual de penetração do continente, desempenhariam, ao cabo, um papel que não foi simplesmente acessório.<sup>50</sup>”

Todavia, a transposição desses limites esteve marcada pela mediação com populações indígenas que habitavam as áreas do interior. Passando por Vila Boa entre os anos de 1818 e 1819, o viajante austríaco John Pohl comenta que, à época, estimava-se haver aproximadamente 50.000 indígenas povoando a capitania de Goiás. Nas expedições realizadas ainda nos setecentos, era comum a travessia de picadas que teriam sido abertas pelos índios para atender aos fluxos de seus interesses. As viagens fluviais também foram consideravelmente viabilizadas pela utilização das técnicas locais para construção de embarcações. As canoas de casca, conhecidas como ubás e pirogas<sup>51</sup>, consistem

---

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, p. 64.

<sup>50</sup> (Holanda, p. 22, 1976).

<sup>51</sup> Sérgio Buarque de Holanda analisa com detalhes, os tipos de embarcações utilizadas pelos indígenas. Pela leitura, infere-se que as ubás e pirogas foram significativamente utilizadas nos cruzamentos dos rios

basicamente em embarcações esguias e abertas, feitas de troncos de árvores escavados a fogo. É bem provável que esses meios tenham sido amplamente aproveitados para cruzar os cursos d'água, sendo o seu uso citado por Spix & Martius nas navegações realizadas pelos rios da bacia amazônica.

Obviamente, se pretendemos discutir a constituição de pequenas redes de negociação feminina que permearam o Brasil Central, e particularmente a capitania de Goiás, a idéia de isolamento deve ser repensada. Como mencionado no capítulo anterior, de fato as capitanias do interior situavam-se em zonas mais afastadas do litoral e esse afastamento físico é incontestável. Além das distâncias a serem percorridas, podemos somar os desconfortos da viagem, os obstáculos naturais e o receio de adentrar em um terreno desconhecido, habitado por populações indígenas consideradas hostis. Aspectos como esses são comumente mencionados em relatos de época e também reiterados por alguns trabalhos sobre a região, consagrando uma certa predestinação do interior, e particularmente da capitania de Goiás, ao isolamento.

Em muitos casos, o desalento imposto pelo afastamento da região é expresso a partir de dados quantitativos extraídos de documentos oficiais. No entanto, devemos lembrar que esses dados não podem ser considerados absolutos, visto que muitos números fugiam a tais estatísticas. As pequenas cifras apresentadas a partir dos censos, das rendas dos quintos do ouro nas casas de fundição e dos valores das entradas, por exemplo, tendem a reiterar o par pobreza e isolamento, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, momento em que a mineração já não possuía o mesmo vigor.

---

localizados em áreas distantes. Segundo esse autor, “de samaumeira foi a canoa em que a gente do segundo Anhangüera atravessou o Rio Grande, a caminho de Goiás, e nada leva à presunção de que constituísse, esse, um caso isolado”. Também temos referência dessas embarcações nas imediações da bacia amazônica: “no comércio do Rio Madeira, que alcança extraordinária intensidade entre os anos de 1755 e 1787, utilizavam-se grandes ubás construídas de um só tronco” p. 31-34.

Embora a região do Brasil Central não tenha sido tão intensamente povoada como outras áreas da colônia, o que fora ocasionado entre outros fatores, pelas longas distâncias, a utilização dessa justificativa como ponto de referência para a construção de significados sobre a região deve ser relativizada. Os mesmos relatos que lamentam a localização remota nos remetem, implicitamente, a espaços onde conviveram as populações indígenas e também viajantes provenientes das margens européia e africana do oceano atlântico. Nesse sentido, podemos inferir que os modestos fluxos com suas extensões para o interior criaram condições próprias de comunicação com as redes intercontinentais.

## 2. A formação da capitania de Goiás e os descaminhos do ouro

A formação da capitania de Goiás pode ser compreendida à luz das migrações realizadas para as áreas do interior, especialmente a partir das últimas décadas do século XVII e início do século XVIII. Na medida em que os achados auríferos se avolumavam nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Mato Grosso, erguiam-se vilas e pequenos arraiais dispersados ao longo do imenso Brasil Central. Entre os fatores que motivaram o cruzamento das longas distâncias e tortuosos caminhos que conduzem ao interior, são exemplos as possibilidades de enriquecimento por meio dos metais preciosos e também as demandas geradas pelos trabalhos nas minas, responsáveis pela criação de pequenas redes situadas à sombra dessas atividades, entre as quais teve suma importância o abastecimento de gêneros básicos para a população.

Os prósperos resultados das buscas pelos metais preciosos intensificaram os movimentos pelos incultos sertões de Goiás, à época incorporado à capitania de São Paulo.

Estabelecidas no centro da América, as veias auríferas localizadas nas margens do rio Vermelho, que forma um vale recortando a serra Dourada, ganharam repercussão entre as autoridades coloniais após a empreitada realizada pelo grupo de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera filho, por volta dos anos de 1722 e 1726. Nesse sítio, estabeleceu-se o Arraial de Sant'Anna, que posteriormente passou a ser denominado Vila Boa de Goiás (1739), centro administrativo da capitania. As expectativas em relação às riquezas resguardadas nas zonas do interior também podem ser ilustradas pela fundação da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, ocorrida durante a mesma década (1728).

No período subsequente às descobertas iniciais, vivencia-se uma certa precipitação de metais preciosos em diferentes pontos da capitania de Goiás (Mapas 2 e 3). Ainda na década de 1720, novas lavras de ouro são encontradas em outras porções do rio Vermelho, onde se fixaram os arraiais de Ouro Fino, Anta, Ferreiro, Barra, Pillar e Santa Rita. Em seguida, temos os núcleos de Santa Cruz (1729), afastado na direção de São Paulo, e também de Meia Ponte <sup>52</sup> (1731), localizado um pouco acima. Voltando-se para o norte, contornando o rio Tocantins, entre 1730 e 1736, surgem as minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José e Cachoeira e, ao mesmo tempo, nas proximidades do rio Crixás, as minas de mesmo nome. As descobertas prosseguem rumo ao Nordeste entre 1735 e 1741, com os núcleos de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias e Cavalcante. Retornando novamente ao sul da capitania, não muito distante de Sant'Anna, entre 1746 e 1749, temos os achados do Carmo, Santa Luzia<sup>53</sup> e Cocal. Na década posterior, vêm as minas de Bonfim, Tesouras e, somente em 1809, surge o núcleo aurífero de Anicuns, próximo à capital<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> O Arraial de Meia Ponte corresponde à atual cidade de Pirenópolis.

<sup>53</sup> As minas de Santa Luzia compreenderam a região hoje ocupada pelo município de Luziânia.

<sup>54</sup> SALLES, 1983, p 87.

Em 1748 são criadas as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, até o momento vinculadas à jurisdição da capitania de São Paulo. Os limites demarcados para a capitania de Goiás compreenderam uma vasta área, que incluía o atual estado do Tocantins, parte de Minas Gerais (Araxá, Desemboque e Rio das Velhas), além de espaços localizados ao sul, que hoje pertencem ao estado do Mato Grosso. Assim, totalizava à época uma área de aproximadamente 900.000 Km<sup>2</sup>, cujas funções administrativas exercidas pelas autoridades lusitanas concentravam-se no núcleo de Vila Boa<sup>55</sup>. Além disso, era formada por 13 julgados, distribuídos entre as comarcas do sul, com sede em Vila Boa, e do norte, sendo essa criada somente em 1809 <sup>56</sup>, com sede em São João das Duas Barras, vila situada na confluência dos rios Tocantins e Araguaia<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> KARASH, [s/d], p. 144 s/d.

<sup>56</sup> Antes da criação da comarca do norte, Vila Boa manteve-se como centro de toda a capitania.

<sup>57</sup> ALENCASTRE, 1979, p. 284.





Tamanha extensão territorial constituída de pequenos povoados esparsos entre si, contribuiu para dificultar a atuação das estruturas do poder metropolitano, especialmente no que se refere ao controle dos fluxos que atravessavam o interior de Goiás. Mesmo conhecendo poucos fragmentos a respeito das incursões realizadas pela capitania, as diversas iniciativas tomadas no sentido de conter o trânsito nas áreas de mineração e também o extravio dos metais, evidenciam que tais práticas eram recorrentes. Nesse sentido, a carta régia expedida em janeiro de 1730 determinava a interdição de outros caminhos para as minas de Goiás que não fossem aqueles trafegados pelos paulistas<sup>58</sup>. Por outro lado, com a proibição do trânsito pelo rio Tocantins, realizada em 1737, pretendia-se controlar o acesso às minas situadas ao norte da capitania, onde o contrabando representava um impasse à fiscalização exercida pelas autoridades.<sup>59</sup>

A repreensão aos desvios do ouro demandava diligências para praticamente todas as direções, pois a capitania situava-se em um local bastante estratégico, conectando rotas que cortavam a colônia de norte a sul e de leste a oeste. Nos *Anais da Província de Goiás*, obra redigida em 1863 por José Martins Pereira de Alencastre, governador da província de Goiás entre 1861 e 1864, temos exemplos das vias de comunicação estabelecidas com o sertão goiano. Segundo esse político, “as numerosas picadas, já então abertas para Goiás do Maranhão e Piauí, da Bahia e Minas Gerais eram portas francas para a prevaricação e o contrabando”<sup>60</sup>.

Capistrano de Abreu, em análise sobre as capitanias auríferas do século XVIII, faz referência aos diversos caminhos que conduziram aos sertões de Goiás, favorecidos principalmente por sua localização central. Nesse sentido, a despeito das restrições

---

<sup>58</sup> PALACIN, 1994, p. 52.

<sup>59</sup> DOLES, 1973, p. 29.

<sup>60</sup> ALENCASTRE, 1979, p. 49.

impostas pelos governadores por meio de bandos e ordenações no momento em que se estabeleciam os primeiros núcleos de mineração; o acesso à capitania de Goiás manteve-se através de diferentes trilhas, evidenciando o quanto fora minoritário o poder metropolitano nas áreas mais remotas da colônia.

“A situação geográfica de Goiás permitia-lhe facilmente comunicar-se com a baixada amazônica e com os chapadões de Parnaíba, de S. Francisco e do Paraná; sua aparição tardia na história e relativa proximidade do povoado pouparam-lhe muitas das privações sofridas por Minas Gerais e Mato Grosso. O primitivo caminho de São Paulo pouco tempo conservou-se único; apesar das proibições repetidas e arbitrarias abriram-se mais outras picadas, e gados e aventureiros afluíram de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Já se viu que poucos anos depois daqui partiram recursos para os cuiabanos”<sup>61</sup>.

Para resguardar os bens auríferos, as providências tomadas pelas autoridades orientaram-se no sentido de obstruir os caminhos que circundavam a capitania de Goiás. O bando publicado em 1736 autorizava o confisco de todos os bens daqueles que comprassem gêneros provenientes das vias de comunicação que se interligavam ao rio São Francisco. Nessas negociações, o ouro em pó das minas de Goiás se esvaía em meio às grandes transações que envolviam gados e fazendas<sup>62</sup>. Ainda durante o período de efervescência das primeiras minas o governador do Maranhão recebe ordens para que “tivesse todo cuidado em não adiantar as povoações para as partes das minas, e que não consentisse de algum modo se abrissem caminhos para elas”<sup>63</sup>. A necessidade de controlar a entrada de forasteiros e estranhos pelas áreas de mineração aparece entre as principais restrições impostas pelos representantes da coroa. No entanto, muitas dessas imposições não se estabeleceram de forma plena. O próprio Alencastre assinala que “por mais severas que

---

<sup>61</sup> ABREU, 1982, p. 145.

<sup>62</sup> ALENCASTRE, 1979, p. 51.

<sup>63</sup> Idem, Ibidem, p. 49.

parecessem essas ordens, e por maior rigor que se empregasse na sua execução, o contrabando não deixava de fazer e o extravio continuava em maior escala”<sup>64</sup>.

O caráter relativo do poder exercido pelas autoridades para deter a ocorrência de ‘negociações ilícitas’, possibilitou a formação de hierarquias baseadas em estratégias de associações locais, extrapolando a noção de uma relação vertical entre metrópole e colônia. Obviamente, isso não significa que as instituições e normas instauradas pela Coroa devam ser minimizadas. Porém as dificuldades de atuação encontradas permitiram a criação de dinâmicas próprias nas zonas do sertão. Para Victor Leonardi, essa problemática permeia as experiências estabelecidas no Brasil Central:

“Por mais débil que tenha sido a presença do Estado em certas áreas remotas, ele nunca estava totalmente ausente na Colônia. Mesmo quando estudamos o sertão mais distante – o sertão de Goiás, por exemplo, no século XVIII – vamos constatar sempre a existência de registros e contagens ao longo das picadas pelas quais transitavam as tropas de muares, que iam e vinham da Bahia, pelo sertão do São Francisco. O fisco e o Direito não estavam ausentes. Mas o contrabando tampouco, e nisso reside a diferença: no sertão de Goiás e do Mato Grosso o contrabandista tinha mais chances de êxito, dadas as imensidões das chapadas e a insuficiente presença dos cobradores de impostos; nos sertões da Bahia e nos gerais do Planalto Central e de Minas, os sesmeiros acabavam se isolando e comandando território político próprio, como muitos fizeram em Santa Luzia, em Cavalcante, Traíras e Arraias, tornando-se autocratas e potentados. (...) Ser a personificação da lei e da ordem em propriedades particulares que chegavam a ter, facilmente, mais de quatrocentos quilômetros quadrados de superfície, já mostra como o isolamento, embora relativo, foi suficiente para criar uma mentalidade própria no sertão”<sup>65</sup>

Inferimos que uma parcela das propriedades particulares referidas pelo autor, tenha sido viabilizada pelo regime de sesmarias implantado em várias regiões da colônia. De um modo geral, na capitania de Goiás a ocupação desses lotes de terra esteve concentrada na porção sul, fator que pode ser explicado pela importância da produção do ouro na região e também pelo comércio realizado com as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro. O cultivo de roças para atender o mercado gerado pelos caminhos das minas era uma das

<sup>64</sup> Idem, Ibidem, p. 51.

<sup>65</sup> LEONARDI, 1996, p. 310-311.

justificativas utilizadas por aqueles que requeriam as sesmarias. Muitos desses plantadores tinham residência nas vilas paulistas de Itu e Ararituaguaba, embora estendessem suas negociações para as áreas do centro-oeste, atuando como provedores de mantimentos para as expedições monçoeiras nas conexões realizadas entre Goiás e Cuiabá<sup>66</sup>.

Contudo, é provável que muitas terras tenham sido ocupadas sem a devida autorização da Coroa nessas zonas afastadas. No que se refere à capitania de Goiás, afirma o cônego Luís Antônio da Silva e Souza, em memória escrita em 1809 e publicada no ano de 1832, que “poucas sismarias estão demarcadas judicialmente, e apenas se contão em todo o Termo noventa e oito: as mais tem o título de posse, e as concessões dos antigos Capitães Generaes. Todas quasi são mal cultivadas pela falta de methodo, de forças e de industria”<sup>67</sup>. Tal comentário nos remete, novamente, à existência de redes locais dispersas pelos amplos espaços do interior. À revelia das estatísticas oficiais, muitos grupos e famílias possivelmente fizeram residência nas áreas situadas nas imediações do termo de Vila Boa, possivelmente cultivando gêneros básicos aproveitados para o abastecimento.

Segundo as normas oficiais, inicialmente todo ouro proveniente da capitania de Goiás deveria ser levado à casa de Fundação de São Paulo, onde era arrecadado o quinto. Entre os anos de 1736 e 1751 instalou-se a capitação<sup>68</sup>, tributo que incidia sobre escravos e trabalhadores na mineração<sup>69</sup>. Em seguida, restabelece-se o quinto e são construídas as

---

<sup>66</sup> Em estudo sobre as vilas de Itu e Ararituaguaba nas monções paulistas, Silvana Alves de Godoy nos fornece alguns exemplos de pessoas que optaram por fazer roças nos sertões de Goiás. Manuel Gomes da Costa requereu, em 1728, meia légua de sesmaria com o objetivo de “povoar e fazer um sítio no sertão das minas dos Goiás, onde pudesse fazer suas plantas para cômodo dos mineiros e aumento dos dízimos reais”. O alferes Antônio Soares da Costa era proprietário de um sítio adquirido por meio de sesmaria e dizia “viver de negociar em Goiás”. Pelo volume de sua produção, é bem provável que tenha contribuído para o abastecimento de víveres aos viajantes. No ano de 1776, contabilizou com o trabalho de seus 32 escravos, 1000 alqueires de milho e 100 de feijão, além de possuir significativa quantidade de cabeças de gado. GODOY, p. 4-7.

<sup>67</sup> SILVA & SOUZA, 1978, p. 144.

<sup>68</sup> Por essa modalidade de tributação os mineiros deveriam pagar pelo número de escravos empregados nas minas, e não pela quantidade do ouro extraído.

<sup>69</sup> SALLES, 1983, p. 198-199.

casas de Fundação de Vila Boa, em 1752 e de São Félix, vila situada no norte da capitania, em 1754. Com isso, intentava-se exercer maior controle sobre o extravio do ouro em pó, garantindo o recolhimento do imposto real. Tal preocupação é explicitada no bando publicado pelo governador D. Marcos Noronha, o Conde dos Arcos, no qual determina a extinção da capitação e torna obrigatória a passagem desse metal pelas casas de Fundação: “e toda a pessoa que sair para fora desta capitania, sendo achada com ouro, e por legítima carta de guia não prover havê-lo manifestado do arraial de onde saiu, ficará incorrendo nas penas da lei de 3 de dezembro de 1750 impostas aos que descaminham o ouro e fraudam os direitos reais”<sup>70</sup>.

As tentativas de cercar os caminhos para as minas e, por conseguinte, a evasão do ouro, não eram suficientes para concorrer com os diversos grupos que se introduziam pelas rotas do sertão. André João Antonil, escrevendo ainda no início do século XVIII sobre os achados auríferos das Minas Gerais, chama atenção para as populações aglomeradas nessas regiões: “Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”<sup>71</sup>. Embora seja difícil mensurar as proporções desses grupos para o caso da capitania de Goiás, presume-se que as riquezas das minas também tenham atraído para essa localidade pessoas de toda a sorte, especialmente entre as décadas de 1740 e 1750, período em que o ouro apresentou, aparentemente, o seu maior esplendor<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Bando publicado em 1751 pelo governador D. Marcos Noronha, no qual versa sobre as providências para laborar o ouro na casa de Fundação da capitania. Apud.: Alencastre, p. 118-120.

<sup>71</sup> ANTONIL, 1989, p. 122, 123.

<sup>72</sup> Os registros dos quintos recolhidos nas duas casas de Fundação da capitania apontam para os grandes rendimentos obtidos nas minas principalmente na década de 1750, evidenciando valores progressivamente menores nas décadas seguintes.

### 3. Rotas e Gentes

Nesse contexto, vários caminhos são criados motivados pela necessidade de estabelecer comunicações entre a zona costeira e os principais centros de mineração que se embrenhavam pelo interior. As vias de acesso às minas de Goiás eram freqüentadas, entre outros transeuntes, por “tropas de animais de carga e negociantes, servindo tanto para o escoamento do ouro rumo aos portos do litoral, como para o abastecimento da província”<sup>73</sup>. Ao fornecimento de víveres para a população da capitania, podemos somar o deslocamento de grupos africanos e seus descendentes destinados à execução dos trabalhos nas minas.

Em declaração realizada em 1756, o então governador conde de São Miguel faz alusão a uma das vias de acesso para a entrada dos negros: “Saberá V. Exa. que já vieram os grandes comboyos de pretos que se mandaram buscar à Bahia, são os maiores que tem entrado neste Goiás cujo número chega pelo registro a setecentos e setenta”<sup>74</sup>. Além desse contingente de africanos provavelmente provenientes do porto de Salvador, também afluíram para Goiás africanos vindos de outras regiões do Brasil como Belém do Pará, ao norte, e do Rio de Janeiro, na direção sudeste<sup>75</sup>.

Os fluxos para a capitania de Goiás no século XVIII ocorriam, via de regra, através de duas estradas responsáveis pela comunicação de uma vasta área do território colonial, cujo entroncamento situava-se dentro das circunscrições dessa capitania. A primeira delas vinha de Salvador e se estendia até Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de

---

<sup>73</sup> MACHADO & SOUZA, 1999 p. 177.

<sup>74</sup> Declaração do Conde de São Miguel aos delegados da junta da Real Fazenda. Apud: PALACIN, 1994, p. 71.

<sup>75</sup> KARASH, 2004, p. 125-128.

Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Depois de cruzar o sertão do São Francisco, pela Bahia, essa rota cortava os arraiais de Meia Ponte e Vila Boa, seguindo em direção a Cuiabá. Outro caminho utilizado pelos sertanejos fazia a conexão entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, em uma trajetória que ultrapassa três mil quilômetros de extensão. Cruzando com a primeira estrada nas áreas onde Brasília foi erguida, essa rota colonial saía do Rio de Janeiro, cortava alguns núcleos circunscritos pela capitania das Minas Gerais, até chegar em Goiás. Nessa capitania, cruzava os arraiais de Santa Luzia, Mestre d'Almas (atual Planaltina), Arraias e Natividade. A seguir, cruzava o Maranhão até chegar à cidade de Santa Maria do Belém do Grão-Pará.<sup>76</sup>

Complementando as picadas abertas sertão adentro, estavam os caminhos fluviais. No período colonial, os limites da capitania de Goiás encontravam-se estabelecidos entre dois grandes sistemas aquáticos presentes no território brasileiro, a saber, o do rio Amazonas (ao norte) e dos rios Paraná (ao sul). Das proximidades da capital Vila Boa, comerciantes embarcavam seus bens em direção ao rio Tocantins, pelos rios Vermelho e Araguaia, de onde partiam para Belém do Pará, na foz do rio Amazonas. Outros negociantes conduziam suas mercadorias no lombo de mulas até o rio Tocantins, para então seguirem em direção à Belém. Para o sul da colônia, uma alternativa aos mercadores de Vila Boa era enviar seus gêneros por meio do rio Paranaíba, que se liga ao rio Paraná, e deságua no estuário do rio da Prata. Assim, a pequena cidade de Vila Boa ficava próxima à junção de dois consideráveis sistemas fluviais. Mercadores instalados nesse sítio poderiam estabelecer trocas com o leste do rio Amazonas e para zonas tão distantes ao sul quanto

---

<sup>76</sup> BERTRAN, 1978, p. 169.

Buenos Aires ou, no mínimo, São Paulo, através do comércio viabilizado pelos rios Paranaíba, Paraná e Tietê<sup>77</sup>.

A localização geográfica da capitania de Goiás era também estratégica para as rotas de comércio leste-oeste que corriam de Salvador da Bahia para Vila Boa e de lá para Cuiabá e Vila Bela, cujos mercadores controlavam o comércio do ouro da fronteira do extremo oeste da fronteira de Mato Grosso pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Outras rotas conectaram capitanias vizinhas do nordeste, tais como Maranhão, Piauí e Pernambuco que faziam fronteira com a capitania de Goiás, além das rotas para o sudeste por Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro<sup>78</sup>.

A partir da segunda metade do século XVIII, algumas expedições são promovidas pelos capitães -gerais na esperança de novas descobertas auríferas, porém seus resultados não são tão animadores a ponto de dinamizar as migrações para essas áreas na mesma proporção anterior. Americano do Brasil assinala o decréscimo populacional ocorrido no período pelo refluxo das minas. Referindo-se ao governo de Dom Marcos Noronha, o Conde dos Arcos, afirma o mesmo autor que por volta de 1750, “das dezenas de milhares de escravos que outrora se empregavam nas lavras, apenas dezessete mil e tantos se preocupavam com o mister”<sup>79</sup>.

Com o desvanecimento das atividades de mineração, a agricultura e a criação de animais ganharam certo impulso, tornando-se importantes alternativas para o provimento de gêneros básicos à população local e também para o fornecimento de mercadorias destinadas à exportação, tais como: algodão, açúcar, rapadura, fumo, couro de boi, café, trigo, aguardente, bois, marmelada, carne de porco, toucinho, carne seca, arroz e feijão<sup>80</sup>.

<sup>77</sup> KARASH, [s/d], p. 144-145.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, p. 145.

<sup>79</sup> BRASIL, 1980, p.67.

<sup>80</sup> Ver: POHL, 1951: 337; SEGURADO, 1984.

Desta forma, os grupos de proprietários e proprietárias responsáveis por essa produção passaram a obter um maior prestígio social, ao lado das elites estabelecidas ainda nos tempos do ouro. Os grupos formados por comerciantes e vendedores repassavam os víveres produzidos na capitania e os bens exportados à sociedade citadina por meio das tabernas e casas comerciais. Segundo dados de 1783, Vila Boa possuía 22 lojas de fazendas secas, 20 armazéns de molhados, 63 tabernas e 2 boticas<sup>81</sup>. Os artigos vendidos nessas lojas eram bem diversificados, incluindo uma gama de produtos importados, dos quais são exemplos: vinhos, tecidos de lã e algodão, seda, cobertores, rendas, pólvora, chumbo, sal, aço, papel, bacalhau, louças, ferragens, chapéus, pimenta do reino, cravo e canela<sup>82</sup>.

Neste cenário, os comerciantes, grandes proprietários agricultores e criadores de gado beneficiaram-se do abastecimento local. Pois além de produzirem e revenderem mercadorias a altos custos para a população urbana, também estiveram intercedendo nos fluxos comerciais operados da capitania que, em razão das dificuldades climáticas e da precariedade das vias de comunicação, demandaram também maiores despesas e, conseqüentemente, encareceram os produtos comercializados.

Estabelecidos nestes espaços urbanos temos ainda funcionários reais, vigários, artesãos<sup>83</sup>, pequenos lavradores e faiscaidores, além de mendicantes que não possuíam ocupação e viviam lançados à própria sorte<sup>84</sup>. Os negros e mestiços, que compunham a maior parcela da população pelos censos da época, encontravam-se irregularmente distribuídos na condição de escravos, libertos ou livres. Entretanto, entre o período que abrange os anos de 1780 e 1820 há uma tendência para o aumento da população liberta.

Considerando a grande miscigenação na capitania de Goiás, podemos supor que tal

---

<sup>81</sup> BERTRAN, 1996, p. 86.

<sup>82</sup> Ver: POHL, 1951: 337; SALES, 1983: 158.

<sup>83</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 67.

<sup>84</sup> PALACIN, 1994, p. 72-73.

população mestiça esteve dispersa entre os diversos grupos sociais, exercendo uma série de atividades entre as redes urbanas e também criando diferentes arranjos familiares. A recorrência de termos como cabra, cabrinha, crioula e mulata nos manuscritos analisados endossam essa questão.

Como se percebe, ainda que a capitania de Goiás e sua pequena capital Vila Boa estivessem situadas a muitas léguas das áreas do litoral, tal distância física não inviabilizou a articulação dessas regiões com as transações de âmbito intercontinental. A dimensão desses fluxos é também apresentada pelos dados contidos nos censos. No entanto, antes de aprofundar essa discussão, convém assinalar que os números exibidos nessa documentação não devem ser tomados de maneira absoluta, principalmente se atentarmos para a mobilidade espacial característica das áreas de mineração. Certamente, muitas comunidades indígenas e quilombolas estabelecidas em zonas mais afastadas estão ausentes nesses registros, pois se encontravam além dos limites da contagem oficial.

As estimativas contidas nos censos e mapas populacionais realizados já em um momento tardio, entre os anos de 1779 e 1825, demonstram que as populações africanas e descendentes representaram a maior parcela dos residentes na capitania. Para as primeiras décadas de exploração nas minas de Goiás escasseiam estatísticas mais detalhadas a respeito de seus habitantes, ficando assim os números restritos apenas aos registros de escravos adultos presentes nas tabelas de capitação. No que se refere à população branca, estima-se que tenha representado uma minoria, como evidenciam os censos de 1779, 1804 e 1825. É possível que os ganhos menos promissores das minas tenham contribuído para o decréscimo desse grupo entre os anos de 1779 e 1804, indicando uma tendência à busca de oportunidades fora da capitania de Goiás, “no norte, sobretudo, encontravam-se arraiais

onde não ficara, depois da ruína, uma só família branca”<sup>85</sup>. Nas expedições realizadas pela capitania de Goiás entre os anos de 1816 e 1819, os viajantes naturalistas August Saint-Hilaire e John Pohl chamam atenção para a falta de mulheres brancas na região, elemento utilizado para justificar os raros casamentos e também a manutenção de costumes considerados indesejáveis entre os habitantes, como as uniões informais por meio do concubinato.

Com base nos registros demográficos, podemos esboçar algumas caracterizações acerca da população negra e mestiça estabelecida no Brasil Central, seja na condição de escravos ou libertos. Entre os anos de 1783 e 1792, a população escrava na capitania de Goiás cresce consideravelmente, passando de 17.713 em 1783, para 38.533 em 1792<sup>86</sup>. Notamos que o número de escravos torna-se maior justamente nas últimas décadas do século XVIII, período que é considerado já decadente nos discursos oficiais e nas narrativas do período baseadas sobretudo nos rendimentos do ouro quintado e remetido à Coroa. Tal aumento da população escrava pode ser decorrente de uma contagem mais detalhada e rigorosa nas estatísticas de 1789 e 1792. Por outro lado, também sugere a manutenção da mobilidade espacial entre o atlântico e o sertão. Além dos fluxos para comercialização de mão de obra escrava, tal mobilidade favoreceu a circulação de gêneros agrícolas que tiveram seu cultivo estimulado com o progressivo abatimento das minas.

Ao lado da população escrava, os mestiços corresponderam a uma expressiva parcela entre os habitantes da capitania de Goiás, de acordo com os dados oficiais. No censo de 1779 esse grupo aparece sob a designação de *pardos* e seu número é superado apenas pelos negros<sup>87</sup>, no entanto não há distinção em relação à condição escrava ou liberta.

---

<sup>85</sup> PALACIN, 1994, p. 71.

<sup>86</sup> KARASH, 2004.

<sup>87</sup> Idem, Ibidem.

Reiterando a considerável presença de mestiços, o recenseamento realizado em 1804 revela a predominância dos grupos identificados como *mulatos* em relação à população branca e negra livre<sup>88</sup>. O aumento da população escrava seguida de seu subsequente decréscimo no final do século XVIII e início do XIX, associado à crescente presença de *pardos e mulatos*<sup>89</sup> indica a existência de grupos formados por negros(as) e mestiços(as), possivelmente libertos(as), entre as redes urbanas locais. Tal aspecto é observado nos registros de 1825, em que a população majoritária é composta por libertos e pessoas livres de cor.<sup>90</sup>

A leitura das fontes primárias sugere duas associações que podem ser feitas na análise da vida dessas mulheres. Primeiro, através de procurações, escrituras de doação e ações de crédito, é possível estabelecer a conexão entre mulheres e posses, especialmente pela figura das “donas”. Por outro lado, a quantidade significativa de cartas de liberdade expedidas nas últimas décadas do século XVIII insinuam a relação entre mulheres, liberdade e posse (já que algumas libertas também executaram suas transações). Temos assim a existência paralela de dois grupos de mulheres, as primeiras vinculam-se à idéia de acúmulo de bens ao passo que as últimas encontram-se ligadas à liberdade (e muito provavelmente também ao acúmulo de bens).

Nesse universo marcadamente heterogêneo, buscamos analisar como as mulheres aparecem em alguns documentos referentes ao período. De um modo geral, notamos que a visibilidade feminina adquire diferentes contornos variando conforme o tipo de discurso examinado. Se os discursos dos viajantes destinam às mulheres qualificações pejorativas,

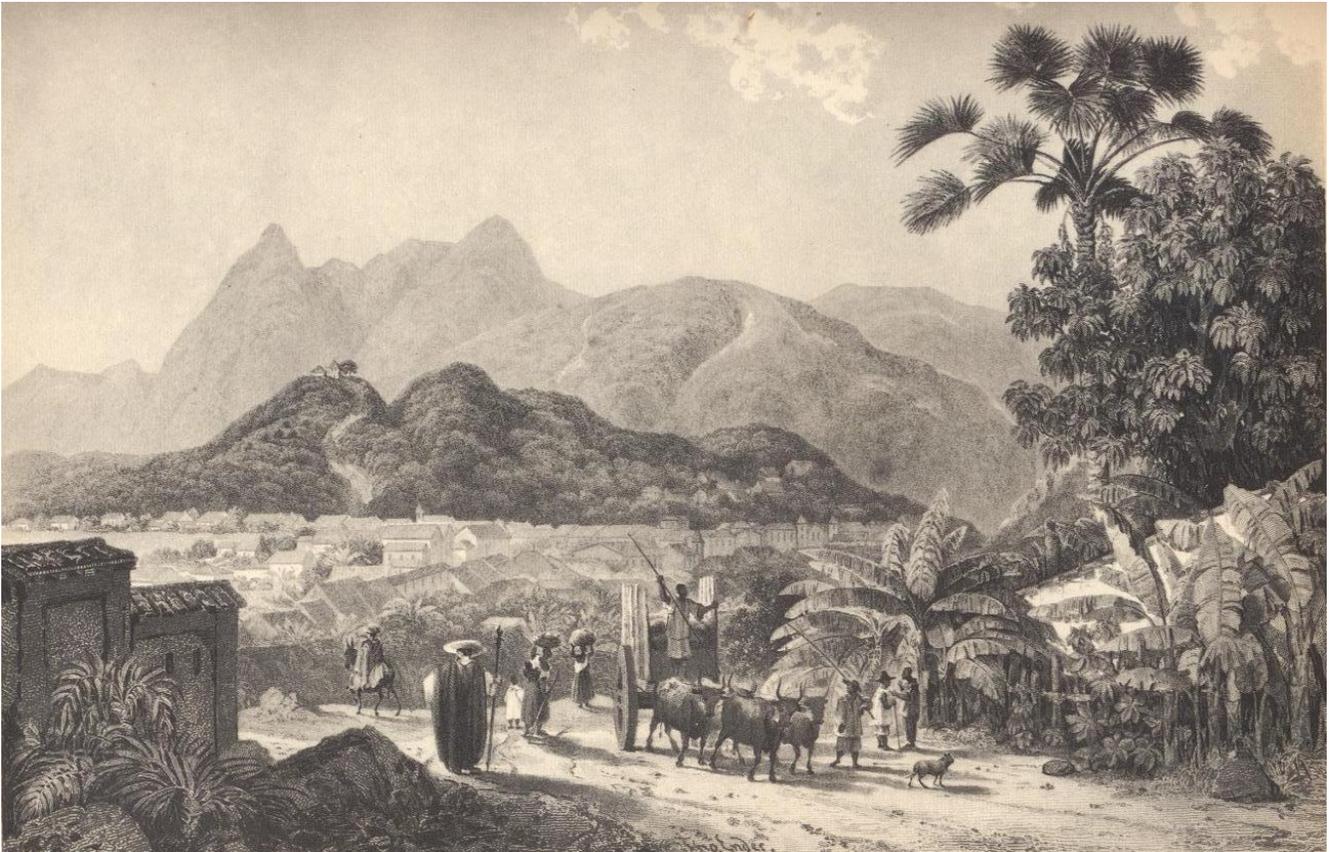
---

<sup>88</sup> O recenseamento de 1804 está exposto no relato de John Pohl. Cf. 1951, p. 336-338.

<sup>89</sup> Possivelmente os indígenas residentes nas imediações dos arraiais figuram dentro dessa classificação.

<sup>90</sup> Pelo censo de 1825, a capitania de Goiás era formada por 62.478 habitantes, dentre os quais 37.985 libertos ou pessoas livres de cor. Os escravos somavam 13.375 e os brancos apenas 10.495. Cf. KARASH, 2004, p. 168.

os manuscritos evidenciam a multiplicidade de relações existentes, isso sem contar os laços tecidos à revelia dos registros oficiais.



Goiás, antiga Vila Boa, capital da Capitania de Goiás

Fonte: POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p.329.

## CAPÍTULO III

### HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES EM PERSPECTIVA

#### 1. Os redimensionamentos da História e os estudos de gênero

Os intensos debates dos anos 60 e 70 no campo das ciências humanas e sociais apresentam, em linhas gerais, sem esquecer as particularidades de diferentes disciplinas, questionamentos aos modelos explicativos totalizantes e a emergência dos pós-modernismos. Traços principais do projeto epistemológico iluminista, como a presença de um sujeito humano universal (e masculino), a confiança na possibilidade de se produzir uma verdade absoluta através do conhecimento científico e racional, e a certeza quanto à neutralidade do pesquisador são objetos de revisão.

No que toca à conformação da história enquanto disciplina criadora de um conhecimento sobre as diversas organizações sociais e sobre o comportamento humano em tempos e espaços diferenciados, houve uma mudança de enfoque. Anteriormente entendida como um relato científico e objetivo do passado, a história passa a ser então revista como uma construção lingüística, na qual o passado se torna inteligível para o presente do historiador na medida em que esse lhe atribui diferentes sentidos para o mesmo. Aquela pretensa objetividade é questionada, cedendo lugar à percepção da dimensão subjetiva e criativa, elementos inevitáveis no fazer do historiador.

Por outro lado, a discussão também ensejou uma reorientação metodológica. As fontes, anteriormente analisadas como registros inquestionáveis de um passado possível de ser resgatado em sua totalidade (ou realidade), são observadas agora na forma de indícios sobre as variadas experiências passadas. Ao mesmo tempo, a posição dos pesquisadores é relativizada uma vez que possuem também experiências próprias, impressões pessoais e posições ideológicas das quais não podem se despojar quando procedem ao exame da documentação a ser trabalhada.

Na esteira desta reorientação dos pressupostos teórico-metodológicos, a história social, defendida até meados dos anos 50 em oposição à história tradicional rankeana (caracterizada pela narrativa de eventos políticos e diplomáticos) coloca em xeque os modelos estruturais de diferentes matrizes: braudeliana, marxista ou funcionalista. O método serial-quantitativo é criticado em razão de sua carência analítica e de seu caráter excessivamente descritivo. A perspectiva da longa-duração, somada a buscas de regularidades estruturais pela utilização de números e variáveis, acabou por produzir uma história desencarnada, na qual os seres humanos estão ausentes. Neste sentido, Hebe Castro assinala que este estado de dúvidas esteve umbilicalmente ligado “a uma avassaladora consciência de que os comportamentos e realidades sociais definitivamente não se conformavam a ficar confinados a modelos preestabelecidos”<sup>91</sup>.

Tendências empenhadas em abrir novos horizontes para a pesquisa histórica apresentam a interdisciplinaridade como aspecto comum, dialogando com áreas da antropologia e com estudos de lingüística. Entre os diversos pesquisadores, as formulações elaboradas por E.P. Thompson podem ser destacadas, sobretudo a incorporação do conceito de experiência na crítica ao marxismo. Por outro lado, vale lembrar a redução de escala

---

<sup>91</sup> CASTRO, 1997, p.50.

proposta pela micro-história, de formação italiana. As reflexões realizadas por Michel Foucault também são da maior relevância, na medida em que os diferentes atores sociais são compreendidos como reflexos das práticas discursivas e simbólicas que permeiam a vida social. Uma outra importante contribuição de Foucault refere-se à concepção positiva de poder e a desconstrução deste como sendo um atributo restrito ao Estado e às esferas político–institucionais.

O questionamento do modelo histórico tradicional fundado em certezas, em uma única verdade e conduzido cientificamente na construção de uma história que absolutiza seus objetos e interpretações, suscitou debates em torno de uma configuração de crise na história.<sup>92</sup> Por outro lado, a abertura temática e teórica verificada em direção à “história fragmentada”<sup>93</sup> não se manteve isenta de críticas. Vale lembrar aqui a expressão depreciativa cunhada por François Dosse de uma “história em migalhas”, referindo-se à terceira geração da escola dos Annales. Para esse autor, os últimos historiadores estariam rompendo com as duas primeiras gerações da escola francesa ao abandonar seu projeto de grande síntese.

Entretanto, não é demais registrar aqui que as veementes discussões ora suscitadas no interior (ou fora) do ambiente acadêmico e as críticas lançadas ao conhecimento então produzido devem ser também observadas à luz do contexto de efervescência social que marcou os anos 60 e 70. Em uma perspectiva mais ampla, a independência dos países africanos e o projeto de construção de uma história nacional levantaram abordagens diferenciadas no que tange à análise das questões raciais, mas também trouxeram

---

<sup>92</sup> CHARTIER, 2001.

<sup>93</sup> REIS, 2000.

renovações para a historiografia ao valorizar uma abertura interdisciplinar e ampliar o conceito de fonte para outras formas de expressão que não somente a escrita<sup>94</sup>.

Em conjunto com o referido alargamento do discurso historiográfico, é inegável o espaço alcançado pela história das mulheres, em grande parte tributário ao movimento feminista. Todavia, isso não significa que elas não estivessem presentes, como historiadoras ou como objeto de estudo (realizado majoritariamente também por historiadoras) em um momento anterior<sup>95</sup>. Ao contrário, a suposta ausência atribuída às mulheres em relação à pesquisa científica já é, em si, indicativa das implicações causadas em razão das desigualdades estabelecidas entre os sexos na própria produção do conhecimento.

Nesse espaço de redimensionamento, pode-se afirmar que, em um primeiro momento, a história das mulheres manteve-se estritamente vinculada ora a um viés marxista, que vinha denunciar a opressão feminina causada por um sistema capitalista (ênfatisando a mulher trabalhadora), ora por uma tentativa de atestar a presença das mulheres enquanto sujeitos históricos, atuantes em domínios diversificados da vida social. Tratava-se então de conferir visibilidade àquelas que tinham suas experiências passadas silenciadas<sup>96</sup>.

Contudo, a argumentação de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam as desigualdades sociais impôs às estudiosas a necessidade de reflexão sobre as relações entre os sexos. Nesse ínterim, a categoria gênero<sup>97</sup> (*gender*),- cunhado por feministas anglo-saxãs torna-se fundamental, uma vez que considera as diferentes práticas culturais que formam os indivíduos. Discorrendo sobre essa questão, Guacira Lopes Louro sinaliza que:

---

CURTIN, 1982, p.43-51.

<sup>95</sup> SMITH, 2003.

<sup>96</sup> PERROT, 1988.

<sup>97</sup> SCOTT, 1990.

“É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado movimento histórico. Para que se compreenda lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”<sup>98</sup>.

Obviamente, na medida em que os estudos voltados para a história das mulheres encontram sua maior ascendência em um momento de revisão crítica dos paradigmas tradicionais de conhecimento, também requerem, por outro lado, uma série de cuidados. Se a pretensão está em pluralizar a própria história, não é o caso de produzir um modelo para a história das mulheres em substituição àquele que destituía suas experiências de visibilidade. Impor novas balizas fixas e totalizantes ao pensamento significaria fazer o inverso do que até agora vinha sendo feito. Assim, o desafio consiste em apreender os sujeitos históricos em uma perspectiva relacional e dinâmica, atentando para as construções das identidades.

A própria utilização da categoria mulher como uma entidade, deve receber atenção redobrada, pois já constitui, em si mesma, uma grande generalização. Isto porque a própria palavra traz, implicitamente, os significados e práticas atribuídos ao feminino a partir de uma justificativa biológica. Ao tentar captar a experiência feminina no passado adotando tais conceitos imóveis como referência, comumente determinados como atributos naturalmente femininos, corre-se o risco de aprisionar o objeto em construções sociais.

A recusa a categorias estáveis por outras mais instáveis, que possam dar conta do caráter fluido e heterogêneo presente na vida social, mas que não perdem a sua dimensão crítica, deve ser realizada também com alguma prudência. Defendendo uma abordagem historicizante, Maria Odila pondera que:

---

98

LOURO, 1997, p. 21.

“A partir do momento que negam totalidades universais, os estudos feministas lidam com os problemas impostos pelo relativismo cultural, como parte de seu esforço de reconstrução das bases do conhecimento que consiste numa de suas principais metas. Família, modo de produção, sistema lingüístico, reprodução biológica passam a ser historicizados enquanto conceitos, devidamente nuançados no espaço e relativizados no seu devir temporal”<sup>99</sup>.

Nesse sentido, a proposta de historicizar permanentemente os conceitos trabalhados é interessante porque não prescreve balizas estáticas e abstratas em um processo histórico linear e universal, dando relevância portanto, à questão da descontinuidade histórica. O exame crítico das fontes é aqui observado relativizando as diferentes temporalidades entre a experiência passada a ser observada e a leitura realizada pelo pesquisador, como uma forma de produzir um conhecimento diversificado, dotado também de uma temporalidade própria<sup>100</sup>. Para não se enredar nas classificações modelares que pré-determinam os sujeitos, uma análise voltada para a cena cotidiana é sem dúvida alguma merecedora de atenção, pois é nesta esfera que as relações humanas de fato transbordam em suas múltiplas dimensões.

Pode-se afirmar então, que a vida cotidiana é a vida na qual todos vivem, e ainda, a vivem por inteiro, uma vez que participam da vida cotidiana “todos os aspectos de sua individualidade e personalidade”<sup>101</sup>, seus sentidos, emoções, ansiedades e frustrações, que não são, por sua vez, únicos. Esta aproximação ao particular deve conduzir a uma aliança entre o particular e as práticas culturais, atribuindo sentidos para situações que partem do cotidiano e retornam para ele<sup>102</sup>, de modo a construir formas para sua inteligibilidade.

---

<sup>99</sup> DIAS, 1992, p. 51.

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.

<sup>101</sup> HELLER, 2000, p. 17.

<sup>102</sup> HELLER, 2000.

Essa é uma das formas que podem ser utilizadas para apreender os objetos espreitando-os em suas manifestações diárias, porém também não deve ser entendida como um simples paroquialismo. Ao contrário, tal abordagem evidencia que diversificados elementos podem resultar combinações originais, construídas historicamente<sup>103</sup>. É importante sublinhar que as perguntas direcionadas em um plano mais específico não estão isoladas de problemas que se colocam de uma perspectiva mais ampla no imaginário social, e isto vale, mais uma vez, tanto do ponto de vista do observador e do observado.

De qualquer forma, não é tarefa fácil penetrar no universo cotidiano, no espaço do imprevisto, do inesperado, principalmente quando o assunto são as mulheres. As fontes se encontram, em muitos casos, inundadas de valores morais e normativos que podem acabar modelando a análise do historiador, daí a necessidade de um constante olhar crítico. As fontes não devem ser trabalhadas como compartimentos separados, mas devem ser cruzadas, interligadas; de modo a evidenciar “uma espécie de teia de malha fina”<sup>104</sup>, que é justamente este espaço de mediações sociais.

Ao interpretar os tecidos sociais, a utilização da categoria gênero é da maior importância na pesquisa em história das mulheres, pois enquanto instrumento analítico problematiza o significado do “ser homem” e “ser mulher”<sup>105</sup>, que é construído culturalmente e portanto, bastante variável no tempo e no espaço. Além de instrumento analítico, o gênero deve ser entendido também enquanto uma construção ordenadora da própria configuração social. Vale lembrar aqui que as diferenças (saberes) estabelecidas entre os sexos permeiam redes de relações (inclusive relações de poder) e práticas entre as

---

<sup>103</sup> BURKE, 2002.

<sup>104</sup> GINSBURG, 1989, p. 175.

<sup>105</sup> BOCK, 1989.

pessoas em sociedade, interferindo nos comportamentos e na percepção de suas próprias identidades.

## 2. Agências femininas no Brasil Colônia

Como fora discutido, o mundo atlântico caracterizou-se pelos intensos fluxos de mercadorias, pessoas e culturas que estiveram migrando entre os continentes europeu, africano e americano através da travessia deste imenso oceano. As trocas comerciais efetuadas durante esse período contaram com uma significativa participação feminina. Instalando-se nas proximidades dos portos e abastecendo os transeuntes pelo comércio miúdo de gêneros alimentícios, ou participando de negociações de maior escala, como é o caso do tráfico de escravos, a conexão entre ganhos femininos, acumulação de riquezas e vida urbana também pode ser vislumbrada nesse contexto.

Não obstante o reduzido valor atribuído às ocupações realizadas por mulheres, sobretudo por concepções que privilegiam a noção de patriarcalismo, a América colonial criou condições para que o trabalho feminino se firmasse nas mais variadas esferas. Conformando a população majoritária de certos núcleos urbanos, as mulheres atuaram como artesãs, parteiras, curandeiras, faziam tecelagens, prestavam serviços domésticos, administravam as posses adquiridas por elas próprias ou herdadas pelos maridos e, principalmente, estabeleceram-se nos espaços dos mercados e feiras, locais que ofereceram as maiores oportunidades de emprego para as mulheres na América Latina Colonial<sup>106</sup>. Nas negociações afro-atlânticas, as mulheres também firmaram-se habilmente Suas

---

<sup>106</sup> SOCOLOW, 2000.

diversificadas agências permitiram o exercício de negociações de compra e venda para manter e também ampliar seus status junto às redes de comércio<sup>107</sup>.

As fronteiras dos mercados constituíram locais de sociabilidade marcados pela construção cultural das identidades. Sob este enfoque, a presença das mulheres nas feiras, nos espaços de compras e de outras negociações supera as dimensões econômicas. A partir dos espaços informais, é possível vislumbrar a vida das mulheres dentro de complexos laços sociais e familiares, estruturas institucionais, forças econômicas e relações de poder<sup>108</sup>. A abrangência dessas situações criou respostas femininas criativas e ousadas, contribuindo para a resignificação dos comportamentos e das regras construídos culturalmente a partir das diferenças biológicas.

Tais comportamentos femininos geraram implicações de natureza social significativas. Por um lado, a autonomia financeira provocou transformações na esfera familiar, na medida em que muitas mulheres tornaram-se independentes da figura masculina, seja do marido ou do pai. Por outro, a obtenção de pequenos ganhos configurou-se como uma oportunidade oferecida pela vida urbana, agindo, portanto como elemento demarcador de diferenças entre o campo e a cidade.

Para o Brasil Colonial, uma bibliografia significativa tem dado visibilidade à história das mulheres e suas relações com a vida urbana, o comércio, o acúmulo de posses e aquisição de autonomia. Em seu trabalho, Liana Reis<sup>109</sup> tematiza a escravidão urbana com enfoque voltado para as atividades desempenhadas pelas negras de tabuleiro (escravas ou forras), nas Minas Gerais do séc. XIX, ressaltando as relações de ordem econômica que essas mulheres estabeleceram com a sociedade pela via do trabalho.

---

<sup>107</sup> HAVIK, 2004.

<sup>108</sup> SELIGMANN, 2001.

<sup>109</sup> REIS, 1989.

Outra notável pesquisa foi realizada por Maria Odila<sup>110</sup>, tomando por objeto o cotidiano das mulheres pobres (escravas, forras ou livres) de São Paulo, no período que compreende as últimas décadas do século XVIII à segunda metade do séc. XIX. Nesta obra, a preocupação reside em evidenciar o quanto os espaços do improvisado e da informalidade permitiram que as mulheres sobrevivessem de formas diversas para garantir o suprimento de suas necessidades, atuando como padeiras, lavadeiras, quitandeiras e ganhadeiras. Utilizando também uma abordagem do cotidiano, Luciano Figueiredo<sup>111</sup> examinou as contradições vivenciadas pelas mulheres em Minas Gerais no séc. XVIII. Consideradas indispensáveis pelo fato de atuarem como vendedoras ambulantes de gêneros alimentícios, essas mulheres eram simultaneamente perseguidas pelas autoridades coloniais acusadas de produzirem desordem social, apoiando fugas de escravos e desvios de jornais, por exemplo.

As negras minas quitandeiras da cidade do Rio de Janeiro oitocentista foram debatidas por Carlos Soares<sup>112</sup>, em uma perspectiva que problematiza a questão das identidades étnicas. Neste trabalho, o autor chama atenção para os limites oferecidos pelas classificações étnicas presentes nas fontes, pois a relação de pertencimento às nações poderiam ser alteradas de acordo com os interesses envolvidos.

Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>113</sup> abordou em recente trabalho a história das mulheres na colônia levando em conta não apenas as diferenças étnicas (brancas, negras, índias e mestiças) e as diferenças jurídicas (livres, forras e escravas), mas também a clivagem entre nobres e plebéias vivenciadas tanto no Brasil como em Portugal. Nesta obra, é também dedicado um espaço para as formas de trabalho e sociabilidades femininas, apontando para as atividades de mercado e domínios de posses. A maioria destas análises emprega a

---

<sup>110</sup> DIAS, 1995.

<sup>111</sup> FIGUEIREDO, 1993.

<sup>112</sup> SOARES, 2002.

<sup>113</sup> NIZZA DA SILVA, 2002.

categoria gênero na elaboração da história das mulheres e consideram as práticas e construções discursivas que atravessam as dinâmicas entre os sujeitos masculinos e femininos, contribuindo para rever o que até agora tem sido prescrito como exclusivo dos respectivos sexos.

Contudo, a maciça presença feminina na vida urbana exercendo atividades de compra e venda especialmente de alimentos, não constituiu uma característica particular da sociedade colonial brasileira. Com um enfoque amplo, outros autores têm voltado suas pesquisas para a temática da participação das mulheres nos fluxos oceânicos. Neste campo, um olhar sobre a costa ocidental africana do período estudado vem enriquecer a discussão.

A pluralidade das atuações femininas no Brasil e na África é reveladora das diferentes construções de gênero que perpassaram a vida das mulheres. Considerando essa ampliação teórica nos estudos de História das mulheres, iremos analisar alguns trabalhos que tratam especificamente do objeto dessa pesquisa: as mulheres na capitania de Goiás.

### 3. Repensando a história das mulheres em Goiás

A análise das formas de sociabilidade femininas estabelecidas na capitania de Goiás constitui uma preocupação relativamente recente na produção historiográfica sobre a região. Entre os anos 70 e 80, renomados historiadores aprofundaram a pesquisa sobre o período colonial em Goiás, enfocando sobretudo as questões de ordem econômica associadas à extração aurífera<sup>114</sup>, além da atenção direcionada para as relações de escravidão<sup>115</sup>. Apesar desses estudos apresentarem uma profunda densidade informativa a partir de ampla investigação arquivística, a referência às mulheres e sua atuação no meio social é pouco comum, aparecendo muitas vezes de forma indireta, diluída nos números dos quadros estatísticos e em outras caracterizações genéricas sobre a população.

Por outro lado, em resposta aos redimensionamentos da História no debate acadêmico, é possível vislumbrar nos últimos anos uma crescente produção historiográfica que aborda de formas diversificadas, a temática das mulheres na capitania de Goiás no período que compreende a segunda metade do século XVIII e século XIX. Em muitos trabalhos, a presença feminina nos pequenos arraiais deste vasto interior é então evidenciada tomando-se os dados demográficos e relatos da época, ao passo que os modelos fundados em visões estereotipadas tornam-se objeto de revisão e crítica.

Entre essas imagens idealizadas são exemplos as impressões deixadas pelos viajantes naturalistas, – largamente utilizadas como fontes em pesquisas que tratam do Brasil colonial – nas quais encontramos caracterizações negativas sobre as mulheres da capitania de Goiás. Nesse sentido, pesquisadores têm se concentrado em examinar as

---

<sup>114</sup> PALACIN, 1994; BERTRA, 1978.

<sup>115</sup> SALLES, 1983.

descrições realizadas pelos europeus que visitaram a região no século XIX e que fornecem muitas informações sobre a sociedade goiana do período<sup>116</sup>. Em um esforço de conferir historicidade a esses relatos, torna-se relevante atentar para os valores do pensamento racionalista e da civilização que integram os discursos desses estrangeiros. As diferentes realidades vivenciadas pelas populações deste vasto interior ganharam construções pejorativas principalmente no que tange à moral, à conduta social e aos hábitos religiosos das mulheres, contrastando, em alguns poucos momentos com a enunciação de aspectos tidos como virtudes femininas segundo a interpretação dos viajantes.

Tendo como parâmetro as representações idealizadas para a sociedade européia, muitos viajantes identificaram as relações sociais na capitania de Goiás como retrato do atraso, pobreza e isolamento. Assim, as dificuldades que estariam assolando a vida material da capitania desde o decréscimo ocorrido nas minas são projetadas para a definição da vida cotidiana e do comportamento feminino<sup>117</sup>. As mulheres que não corresponderam aos códigos e expectativas desses homens “foram descritas como tipos grosseiros, que precisavam ser corrigidos, domesticados, ‘civilizados’”<sup>118</sup>. Entretanto, nos interstícios dessa relação conflituosa de observação e enunciação do outro, percebemos a existência de práticas e estratégias femininas que auxiliam na compreensão de sua atuação na vida social.

Não obstante a falta de polidez imprimida às mulheres nos relatos estrangeiros, o estudo de biografias de mulheres goianas realizado por Célia de Brito na década de 70 exalta o comportamento e os dotes femininos, ainda pautados de acordo com os padrões

---

<sup>116</sup> Entre os viajantes que visitaram a Capitania/Província de Goiás (1800-1850) temos: Spix e Martius (setembro de 1818), Auguste de Saint-Hilaire (maio a setembro de 1819), John Pohl (dezembro de 1818 a junho de 1820), George Gardner (outubro de 1839 a maio de 1840), Francis Castelnau (fevereiro a dezembro de 1818), William Burchell (final de 1827 a abril de 1829). Cf. CORRÊA, 2001, p. 113.

<sup>117</sup> RIBEIRO, 2001, p. 36-37.

<sup>118</sup> MACHADO, 1999, p. 118.

ocidentais<sup>119</sup>. Nesta galeria de mulheres notáveis, a autora ressalta sua importância como mães, esposas e professoras dedicadas que, contribuindo para o ordenamento e disciplina da família e do espaço privado, tornaram-se peças fundamentais para a difusão de hábitos civilizados em Goiás, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Ao lado dessas abnegadas mães e esposas observa-se a biografia de Rosa, escrava negra responsável por embalar e amamentar os filhos de suas sinhás, preparar manjares e cuidar dos jardins<sup>120</sup>; além da já citada Damiana da Cunha, índia Caiapó empenhada em “atrair à civilização seus irmãos selvagens”<sup>121</sup>, freqüentemente lembrada na memória da região no que se refere às desavenças entre os índios Caiapós e a administração local.

As experiências vivenciadas pelas mulheres em Goiás também podem ser visualizadas tomando-se inclusive pesquisas que se ocupam de outras temáticas, considerando que a atuação feminina deve ser compreendida em uma perspectiva relacional e dinâmica com outros valores e práticas que atravessaram a sua vida social. Analisando as tentativas de normatização do trabalho, do lazer, das relações familiares e dos espaços públicos e privados ocorridos na Cidade de Goiás durante o século XIX, Rabelo destaca os papéis que foram considerados adequados ao comportamento feminino. Segundo o discurso médico, jurídico e religioso da época, as mulheres deveriam se empenhar em ser mães, esposas e filhas amáveis, respeitosas à figura masculina, de modo a se distanciar da indesejável reputação de mulher pecadora<sup>122</sup>. Desta forma, a construção de uma conduta feminina respeitável seria conveniente para a disciplina moral da família.

Outras temáticas que evocam a questão das sociabilidades femininas dizem respeito à História da família e da infância em Goiás. O modelo familiar estabelecido na região ao

---

<sup>119</sup> BRITO, 1982.

<sup>120</sup> Idem, Ibidem, p. 72-74.

<sup>121</sup> Idem, ibidem, p. 86.

<sup>122</sup> RABELO, 1997, p.159-168.

longo do período colonial caracterizou-se pela existência de uniões consideradas ilícitas pela Igreja, pois não eram formalizadas segundo os seus padrões. A recorrência de relações de concubinato com negras e índias, reprovadas de forma veemente pelos relatos estrangeiros, revela uma das estratégias femininas para a aquisição de alforria por meio da união com brancos, além lançar luz às questões que motivaram o progressivo aumento da população mestiça<sup>123</sup>. Muitas mulheres se associaram de maneira solidária no enfrentamento de circunstâncias de suas vidas quotidianas, como é o caso da inserção das parteiras e comadres nas famílias goianas, a quem deveria caber a responsabilidade de zelar pela mãe e pela criança<sup>124</sup>.

Os dados demográficos contidos nos censos realizados para a região também podem ser utilizados na investigação das mulheres em Goiás. Tomando os censos elaborados entre o último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX para o atual estado do Tocantins, antiga comarca norte da capitania de Goiás, Mary Karash salienta o crescimento da população feminina, que chega a superar o número de homens nos arraiais dessa comarca em 1825<sup>125</sup>. A progressiva mudança da condição legal dessas mulheres da escravidão para a liberdade é indicada a partir do censo de 1804, quando a emergência das mulheres livres de cor começa a se afirmar de maneira significativa entre os grupos populacionais, superando inclusive a quantidade de escravos<sup>126</sup>.

É provável que uma parcela dessas mulheres libertas tenham trabalhado no comércio, uma vez que essa atividade contou em larga medida com a participação feminina, como afirma Parente em seu estudo sobre as mulheres da antiga comarca norte da capitania de Goiás. Os documentos de cobranças de impostos examinados pela autora

---

<sup>123</sup> NUNES, 2001, p. 62-63.

<sup>124</sup> VALDEZ, 2001, p. 24.

<sup>125</sup> KARASH, 2002, p. 188.

<sup>126</sup> Idem, Ibidem, p. 192-194.

evidenciam a relevância das mulheres nas atividades econômicas, seja por meio do fornecimento de produtos molhados (bebidas e comestíveis em geral) e secos (tecidos, artigos de armarinho, instrumentos de trabalho e utilidades domésticas) comercializados em tabernas e vendas, ou pelo trabalho realizado no cultivo de gêneros de subsistência e na criação de gado<sup>127</sup>. De um modo geral, percebemos que apesar do ideal feminino difundido no século XIX estar ligado à família e ao âmbito doméstico, na prática não havia uma definição clara e rigorosa dos trabalhos destinados aos homens e às mulheres. Nos improvisos do cotidiano, as atribuições se misturavam ou se sobrepunham em função das demandas e necessidades que se revelavam<sup>128</sup>.

Apesar dos estereótipos de reclusão e submissão atribuídos às mulheres e brancas e, por outro lado, de permissividade sexual direcionados às mulheres africanas, mestiças ou indígenas na compreensão do Brasil Colônia; os estudos acima mencionados esboçam que esses esquemas generalizantes não abarcam a multiplicidade de experiências vivenciadas pelas mulheres na capitania de Goiás. Assim, iremos analisar a seguir as diferentes agências praticadas pelas mulheres nessa região, que por sua vez nos permitem questionar tais esquemas pré-determinados, dando visibilidade sobretudo às variadas construções de gênero que atravessaram a sociedade colonial brasileira.

---

<sup>127</sup> PARENTE, 2002, p. 293-300.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, 297.

## CAPÍTULO IV

### MULHERES E VIDA URBANA NA CAPITANIA DE GOIÁS

#### 1. Os discursos dos viajantes e a idéia de degradação moral

De um modo geral, as narrativas dos viajantes europeus descrevem as condutas da população da capitania de Goiás em um tom pejorativo, motivado sobretudo pelo contraste observado entre a sociedade do interior colonial e os referenciais de comportamento difundidos na Europa no século XIX. Saint-Hilaire afirma que, diferentemente dos mineiros, que deram aos seus filhos educação e “polidez”, os goianos permaneceram sem “nenhum apuro no trato”<sup>129</sup>, e ainda ressalta que os habitantes da capital Vila Boa “estão longe de apresentar uma aparência de saúde, vigor e energia”<sup>130</sup>. Completando os comentários depreciativos do viajante francês, John Pohl sinaliza para a “preguiça” da população que “transmite-se aos próprios portugueses”<sup>131</sup>, chegando a reiterar que o “ócio é a máxima felicidade dessa gente”<sup>132</sup>. Todavia, a partir dessas enunciações onde os estrangeiros registram suas queixas acerca da carência de boas maneiras e da falta de apego ao trabalho por parte da sociedade goiana, inferimos a existência de outros hábitos norteadores das práticas sociais, bem como diferentes formas de aproveitamento do tempo.

---

<sup>129</sup> SAINT-HILAIRE, 1937, p. 336.

<sup>130</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p.51.

<sup>131</sup> POHL, 1951, p. 262-263.

<sup>132</sup> POHL, 1951, p.329-330.

Nesses relatos, as imagens das mulheres estão fortemente associadas ao estabelecimento e manutenção dos bons costumes no meio social. Na medida em que os cenários apresentados pelas pequenas vilas e arraiais por onde passaram os viajantes divergiam profundamente do ideal moralmente desejável, às mulheres é imputada uma grande parcela de responsabilidade por essa situação.

Outro aspecto interessante é que a visibilidade feminina ganha maior relevância quando a atenção está concentrada em analisar a conduta dos homens europeus na capitania de Goiás. A reprovação da postura masculina é então justificada em face das alianças firmadas entre homens brancos e mulheres negras e índias, onde questões relativas à sexualidade ganham importância central na interpretação dos discursos estrangeiros.

O clima de permissividade e degradação moral atribuído à capitania de Goiás pode ser entendido, aos olhos dos viajantes, como consequência do reduzido número de mulheres brancas que habitavam a região, fato que teria ocasionado o estabelecimento de uniões informais entre os colonos europeus e as negras e índias. Essa presença minoritária das mulheres brancas tem sido largamente apontada por historiadores do Brasil Colonial<sup>133</sup> como elemento catalisador da intensa miscigenação ocorrida na América Portuguesa.

Entretanto, para os estrangeiros tal prática significava o rebaixamento de sua raça. Assim, os processos de aproximação e misturas culturais entre povos europeus e não-europeus são explicados em termos de perversão e transgressão moral dos primeiros, que teriam sido incitados pelas mulheres. Sobre a conduta dos portugueses, o austríaco Pohl afirma que os colonos “esqueceram as instruções recebidas especialmente em relação às mulheres índias”<sup>134</sup>, reforçando assim “a moralidade profundamente baixa”<sup>135</sup> que

---

<sup>133</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p. 56-57.

<sup>134</sup> POHL, 1951, p.299.

<sup>135</sup> POHL, 1951, p.330.

consternava a região. Saint-Hilaire registra que o quadro de “relaxamento dos costumes” fora herdado das primeiras bandeiras paulistas que se instalaram na capitania de Goiás, identificando a atmosfera de devassidão a uma das temáticas mais marcantes na exaltação da memória regional. Segundo o francês:

“...os primeiros aventureiros que se embrenharam nesses sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais o seu orgulho não permitia que se unissem pelo casamento. A mesma razão impediu-os de desposarem as índias. Em conseqüência, tinham apenas amantes”<sup>136</sup>.

Pelo discurso de Saint-Hilaire, a tendência à adoção de hábitos pervertidos estaria fundada na gênese da população local, pois sua disseminação teria sido favorecida pelos bandeirantes. A propósito, é importante salientar que a falta de mulheres brancas não deve ser assimilada como causa determinante para os enlaces entre os europeus, as africanas e as índias. O austríaco John Pohl menciona a presença de mulheres brancas que viviam numa situação de extrema pobreza em Vila Boa durante o período de sua viagem, entre 1818 e 1820<sup>137</sup>. Por outro lado, Cunha Mattos, governador de armas da Província de Goiás, revelou em memória datada de 1823 que havia senhoras de fino trato em Goiás, cuja elegância e boas maneiras eram motivos de orgulho para os homens<sup>138</sup>. Os dois exemplos ilustram que, mesmo constituindo uma pequena relativamente menor, as mulheres brancas podem ser visualizadas entre as diferentes classes da população goiana.

Não obstante algumas exceções como o exemplo apresentado por Cunha Mattos, os discursos produzidos pelos europeus são revestidos de um caráter profundamente misógino. Os comportamentos femininos apresentam-se idealizados a partir de dois modelos atravessados pela problemática da sexualidade. De um lado a sexualidade exercida pela

---

<sup>136</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p.53.

<sup>137</sup> POHL, 1951, p. 328-329.

<sup>138</sup> CUNHA MATTOS, 1979, p. 92.

mulher branca no contrato matrimonial é permitida e, em oposição, a sexualidade das negras e as índias por meio de uniões informais e flutuantes é considerada licenciosa. A mulher é investida de um poder ambivalente, fundado a partir dos atributos biológicos, capaz de determinar a normatização das condutas ou o desregramento moral. Assim, é reforçado o estigma que caracteriza as mulheres índias e negras como naturalmente inclinadas à libertinagem e ao pecado, tranqüilizadoras dos incontroláveis desejos masculinos, em razão da falta das mulheres brancas moralmente corretas e exemplares.

Em contrapartida aos ‘maus presságios’ que as mulheres atraem para Goiás, em razão do que fora interpretado como desregramento moral, Saint-Hilaire prossegue em sua narrativa desdenhando e desclassificando as mulheres goianas. Sobre elas recai a responsabilidade pela indiferença e pelos vícios que afligem os homens de Goiás, e que na visão dos europeus, retiravam-lhe o ânimo e o gosto pela vida:

“Os olhos negros e brilhantes das mulheres em Goiás traem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham praticamente reduzidas ao papel de fêmeas para os homens (1819). É fácil entender por que os homens do lugar, afastados de um ameno convívio social e levando uma vida de ociosidade no meio de mulheres sem princípios e sem a menor instrução, se mostram pouco exigentes em matéria de gosto e de diversão. Fica assim explicado o gosto generalizado pela cachaça entre os habitantes de Vila Boa. Enfraquecidos pelos seus próprios desregramentos, entediados por uma vida sem perspectiva, eles encontram na aguardente o estimulante que os arranca por alguns instantes de sua apatia e os impede de sentir a monotonia de sua existência”<sup>139</sup>.

No trecho acima temos mais um exemplo das qualificações nada elogiosas destinadas às mulheres nos escritos dos viajantes. Todavia, através dessas caracterizações misóginas contidas em seus relatos, podemos apreender mais detalhes sobre os padrões culturais que permeiam o imaginário dos europeus, do que propriamente sobre as mulheres

<sup>139</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54.

da capitania de Goiás. O emprego de determinadas categorias para nomear e classificar essas mulheres por parte dos estrangeiros explicita seus próprios juízos de valor, em um exercício de confronto e comparação entre a nova realidade que lhe é apresentada<sup>140</sup> e os arquétipos culturais informados pelas tendências da ilustração e civilidade européias. Assim, a experiência do viajante que se perde em terra estranha se “baseia na procura de referências que indiquem o ‘caminho da casa’, os sinais de sua identidade”<sup>141</sup>.

A definição do gênero feminino tomando-se como referência a permissividade das negras e das índias e a submissão das mulheres brancas corroboram as noções postuladas por Freyre e largamente contestadas pela produção historiográfica<sup>142</sup>, nas quais a miscigenação brasileira teria sido incrustada por um clima de “intoxicação sexual”<sup>143</sup>. Nesse sentido, a análise dos discursos dos viajantes deve ser relativizada, atentando-se sobretudo para os seus lugares de fala (homens brancos, naturalistas e ilustrados) e para as condições de produção de suas obras. O desregramento moral atribuído às mulheres na leitura da sociedade goiana é utilizado para formular um discurso em que o homem é figura central, cabendo aos grupos femininos um papel secundário, porém decisivo para a manutenção ou ruptura das aventuras amorosas e sexuais.

A inquietação que as mulheres provocaram nos observadores analisados pode ser explicada pela diferença cultural. As mulheres de Vila Boa estiveram contrariando as suas representações ideais sobre o feminino: eram ‘grosseiras e estúpidas, sem instrução’, inclinadas à libertinagem e tampouco se preocupavam com o ‘sagrado matrimônio’. Ainda que os estrangeiros configurem um lugar de fala branco, europeu e masculino; seus trabalhos oferecem, de maneira inegável, informações a respeito do cotidiano e das

---

<sup>140</sup> LEITE, 1984, p. 21.

<sup>141</sup> BELUZZO, 1996, p. 10-13.

<sup>142</sup> RAGO, 1998.

<sup>143</sup> FREYRE, 1998, p. 93.

relações informais vivenciadas por mulheres na capitania de Goiás. Nos momentos em que lançam ferozes críticas aos variados aspectos desta sociedade colonial e defendem aquilo que seria o normativo, podemos antever a sensação de estranhamento diante do que lhe pareceu novo e diferente.

Apesar dessa imagem estigmatizante, em que o gênero feminino encontra-se estreitamente relacionado à conduta moral e sexual da população, pensamos que as estratégias de atuação das mulheres no mundo social extrapolam tais definições previamente definidas e fundadas em valores biológicos. Observamos nos próprios viajantes alguns interstícios que contradizem a ‘estupidez’ das mulheres e evidenciam algumas de suas agências para galgar melhores condições de vida em sociedade. Como veremos a seguir, outros documentos podem ser confrontados com os relatos dos viajantes, no intuito de ampliar o espectro de relações de gênero construídas ao longo do período colonial tardio em Goiás.

## 2. Casamentos e uniões ilícitas

A intensa mobilidade espacial característica das áreas de mineração, nas quais diversos grupos acorriam para as novas lavras encontradas em busca de condições mais promissoras, proporcionaram a criação de uniões conjugais instáveis, arranjados e desaranjados de acordo com as vicissitudes do cotidiano, mantendo-se muitas vezes à revelia da Igreja católica e dos registros oficiais<sup>144</sup>. Os comentários formulados pelos viajantes acerca das relações entre europeus e mulheres africanas e indígenas, indicam que

---

<sup>144</sup> Alguns obstáculos que se impunham à legalização do casamento no Brasil colonial são citados em: ARAÚJO, 1997, p. 40-42; VAINFAS, 1989, p. 85-87.

essa prática deveria ser bastante comum na capitania de Goiás e, teimosamente, firmava-se no meio social para desagrado dos nossos observadores.

De um modo geral, as relações temporárias e os vínculos instáveis não eram repudiados somente em decorrência da miscigenação ocorrida entre os membros da população; mas sobretudo porque se apresentavam como comportamentos desviantes da principal baliza normatizadora da vida sexual no ocidente: o casamento monogâmico<sup>145</sup>. Tal contrato era compreendido como um dispositivo ordenador da sexualidade e da vida familiar. Além disso, o enlace matrimonial se definia pela supremacia do poder masculino, que mantendo a sua senhora reclusa e submissa estaria controlando os seus impulsos e desejos, zelando dessa forma por uma boa conduta moral.

A veemência com a qual a prática do concubinato é combatida nos escritos de Pohl e Saint-Hilaire, reforçam a hipótese de que tais alianças flutuantes encontravam ecos consideráveis na capitania de Goiás, chegando inclusive a fazer parte do comportamento das autoridades civis e eclesiásticas. Assim, o clima de “relaxamento dos costumes” e de “moralidade baixa” se distanciava de uma possível solução, pois as principais instituições encarregadas de zelar pelos hábitos morais mais desejáveis segundo as premissas da civilização não estavam cumprindo esse papel. De acordo com Saint-Hilaire, a péssima conduta dos magistrados, dos funcionários do governo e dos padres justificam os abusos cometidos pelos membros da população. Instalando-se nas regiões mais remotas da América portuguesa e livres da vigília de seus superiores, os funcionários do governo “chegam a um lugar onde o concubinato é generalizado, acham cômodo conformar-se com esse costume, e ao adotá-lo dão-lhe o seu beneplácito”<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> ELIAS, 1994, p. 182.

<sup>146</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p.53.

Criticando a atuação eclesiástica de acordo com normas de comportamentos que são identificadas pelo controle sexual, o naturalista francês expõe com clareza o que considera ser a função ideal da esfera religiosa, que se encontra, para sua decepção, pervertida em Goiás, pois

“os próprios padres, cuja vida deveria constituir um permanente protesto contra desregramentos que contrariam não só as leis da religião e da moral, mas também o progresso da civilização e a instituição da família e da sociedade, autorizam por seu mau comportamento a devassidão dos fiéis que lhe estão confiados”<sup>147</sup>.

Em um tom de preocupação, Saint-Hilaire prossegue seu relato fazendo o seguinte apelo:

“se esses lamentáveis abusos ainda não tiverem sido sanados no momento em que escrevo, espero que minhas palavras possam contribuir para chamar a atenção daqueles que disso precisam ter conhecimento, incitando-os a se esforçarem para que retorne ao caminho do cristianismo e da verdadeira civilização um povo que, à época de minha viagem, tendia cada vez mais a se afastar dele”<sup>148</sup>.

Ainda que muitas uniões entre os homens europeus e as mulheres não estivessem legitimadas do ponto de vista oficial, sem dúvida possibilitaram estratégias de mobilidade social para as mulheres, que poderiam desfrutar de maior status e privilégios, sobretudo quando relacionavam com os membros da corte, responsáveis por funções administrativas em Goiás. Saint-Hilaire nos dá notícia da trágica e intrigante história ocorrida com o governador dessa capitania, cargo político que mantinha significativo contato com a corte de Lisboa, Fernando Delgado de Castilho (1809-1820). Esse governador manteve vínculo afetivo com uma mulher que era filha de carpinteiro e com ela chegou a ter dois filhos. Ao

---

<sup>147</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p.53.

<sup>148</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p.53.

findar seu governo, fora requisitado para retornar a Lisboa. Entretanto, sua concubina hesitou declarando que somente o acompanharia à corte na qualidade de legítima esposa. Diante deste impasse “Fernando Delgado, cujos sofrimentos – segundo dizem – lhe tiravam a lucidez de raciocínio, não pôde suportar o dilema em que se encontrava, de se casar com a filha de um carpinteiro ou deixá-la no Brasil. E assim, pôs fim à própria existência”<sup>149</sup>.

Como ilustra o caso do governador Fernando Delgado de Castilho, as uniões ilícitas entre europeus e mulheres de condição social inferior seriam condutas embaraçosas apenas perante a corte de Lisboa. Segundo os viajantes, se os concubinatos não representavam um grande problema para os funcionários do governo, tampouco o seria para a população geral, naturalmente corrompida. Ainda discorrendo sobre essa questão, Saint-Hilaire reitera a disseminação dos concubinatos entre as práticas sociais e, simultaneamente, o desdém ao contrato do casamento:

”todos os homens, até o mais humilde obreiro, têm uma amante, que eles mantêm em sua própria casa. As crianças nascidas dessas uniões ilegítimas vivem ao seu redor, e essa situação irregular causa tão pouco embaraço a eles quanto se estivessem casados legalmente. Se por acaso algum deles chega a casar, passa a ser motivo de zombarias”<sup>150</sup>.

A atenção excessiva às constituições ilícitas como reflexo da escassez de mulheres brancas vivendo em Goiás deve ser repensada, sob pena de reforçar o estigma de isolamento da capitania<sup>151</sup>. Nesse contexto, vale lembrar que o concubinato não foi uma particularidade da capitania de Goiás e constituía uma prática comum em diversas regiões da colônia<sup>152</sup>. De fato, os censos apontam para as modestas estatísticas de mulheres brancas em Goiás, e alguns autores afirmam que essa circunstância foi decisiva para a constituição

---

<sup>149</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 56.

<sup>150</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 53.

<sup>151</sup> NUNES, 2001, p. 63; RABELO, 1997, p. 97.

<sup>152</sup> RABELO, 1997, p. 97.

de uma população majoritariamente composta por pretos e mulatos<sup>153</sup>. As alianças entre europeus, indígenas e africanos evidenciam que as fronteiras baseadas em distinções de cor eram bastante fluidas na capitania de Goiás.

Segundo Pohl, os maus hábitos das pessoas que ocupavam a capitania de Goiás, expressos principalmente pela pouca incidência dos matrimônios, seriam resultantes da proximidade estabelecida com os povos oriundos da África e seus descendentes, já que alguns escravos usufruíam de considerável trânsito no âmbito doméstico, situação que é lamentável na opinião do austríaco:

“Têm os escravos a culpa principal dessa desmoralização. Os seus filhos crescem como companheiros de brinquedo dos filhos da casa e pervertidos, como geralmente o são, depositam o germe de todos os vícios nos corações juvenis. Mas, infelizmente, dada a escassez da população no país, os escravos são um mal necessário”<sup>154</sup>.

Apesar da alegada ocorrência de uniões ilícitas em face das diversas circunstâncias que conferiam à oficialização uma importância secundária, no final do século XVIII as moças pertencentes às famílias mais abastadas da capitania de Goiás realizavam seus casamentos por meio da instituição do dote. Durante o período colonial, o dote foi uma das principais formas de transmissão de riquezas em benefício das mulheres. Os elementos que interferiam na dotação das filhas variavam de acordo com a condição social. Enquanto para os menos favorecidos o dote significava uma antecipação da herança e uma forma de ajudar o casal a começar a sua vida, para as jovens de condição nobre essa modalidade matrimonial tinha como finalidade atrair um pretendente que também fosse distinto<sup>155</sup>. De toda a forma, o patrimônio proveniente do dote possuía proteções legais que asseguravam o seu usufruto por parte da mulher, garantindo a restituição dos bens pelo marido em

---

<sup>153</sup> PALACIN, 2001, p. 35.

<sup>154</sup> POHL, 1951, p.330.

<sup>155</sup> NIZZA DA SILVA, 2002, p. 76-77.

benefício da esposa em caso de divórcio, ou proibindo a penhora no caso de falência do marido<sup>156</sup>.

Nas concessões de dote analisadas, não é possível fazer uma distinção muito clara sobre a condição social dos favorecidos, mas presumimos que fossem práticas mais comuns entre os membros da elite local, onde a riqueza era transmitida, por exemplo, para as filhas de funcionários do governo, grandes proprietários e oficiais militares. Esse foi o caso de Antônia Maria da Rocha, moradora de Vila Boa, filha do capitão José da Rocha Martins, que recebera de seu pai quatro escravos, peças de prata e uma morada de casas no valor quatrocentos mil réis por haver se casado com João Ribeiro da Maya<sup>157</sup>.

Algumas escrituras de doação destinadas à transmissão de dotes eram feitas em nome da mãe das moças, evidenciando que, em muitos casos, o gerenciamento dos bens da família encontrava-se sob a responsabilidade das mulheres. Em 1782, Angélica Maximiliana Leite recebeu de sua mãe Vitória Maria da Rocha três sesmarias, três escravas e um escravo, por estar a jovem contratada a se casar com Joaquim Cardoso de Almeida<sup>158</sup>.

No registro de 1792, Dona Joana Correa da Câmara, viúva e cabeça de casal do falecido Vicente José de Azevedo, declarou uma vultuosa lista de bens para o dote de sua filha, Dona Vicência Maria da Expectação, que ia se casar com o alferes Joaquim Crisóstomo Parrela. Entre os bens repassados por Dona Joana, temos: uma morada de casas no largo do Rosário – em Vila Boa, e situada ao lado de sua residência; escravos e escravas; além de várias peças feitas de metais e pedras preciosas como: quatro pares de botões de ouro; um par de fivelas de ouro; cinco pentes banhados a ouro; dezessete flores de prata com pedras de várias cores; dois pares de botões de ouro com topázios; quatro

---

<sup>156</sup> MARQUES & MELO, 2001, p. 8.

<sup>157</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escrituras de doação, 1792-1799.

<sup>158</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escrituras de doação, 1792-1799.

pares de botões de prata com topázios; três anéis de ouro com suas pedras de diamantes; cinco anéis de topázios de várias cores; um par de brincos de topázio em ouro; um caixilho de ouro<sup>159</sup>. A doação de escravos, terras e artefatos de ouro demonstram uma parcela da riqueza acumulada por Dona Joana e por outras mulheres cabeças de casal, responsáveis por conduzir a administração das posses da família após a morte do marido.

Entre as trinta e duas cartas de liberdade examinadas nesta pesquisa, encontramos apenas dois casos onde os nomes das mulheres negras e mestiças são acompanhados pela distinção de ‘casada’<sup>160</sup>. Isso mostra que escravas como Maria Benguela e Luzia Crioula optaram por vivenciar uniões estáveis e legitimadas oficialmente, mesmo com as dificuldades impostas para fixação dos contratos matrimoniais. Nos relatos dos viajantes que visitaram a capitania de Goiás no século XIX, os arquétipos para as mulheres negras e mestiças vinculados a questões entendidas como sintomas de permissividade sexual e degradação moral fez com que as escravas que experimentavam uniões mais sólidas passassem despercebidas em suas análises da vida social.

---

<sup>159</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escrituras de doação, 1792-1799.

<sup>160</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

### 3. Formas de obtenção de alforria

Não obstante o aumento do número de escravos registrado nos censos de 1789 e 1792, – indicando com isso uma possível diversificação das atividades produtivas como efeito do decréscimo das minas, na medida em que avançamos ao longo do século XIX observamos uma progressiva tendência à aquisição de alforria entre a população da capitania de Goiás<sup>161</sup>. Uma significativa parcela das cartas de alforria lançadas durante esse período foi destinada às mulheres.

Para a comarca norte dessa capitania, os dados do censo de 1789 indicam que as mulheres livres, incluindo as brancas, representavam 30,7% do total da população; saltando para 53% no censo registrado em 1804, evidenciando que o número de mulheres livres chegou a configurar uma maioria em relação à população masculina de mesma condição social. Paralelamente, a quantidade de mulheres escravas caiu de 4.325, em 1789, para 2.385, no ano de 1832<sup>162</sup>. Na comarca sul da capitania, alguns indícios também confirmam a hipótese do aumento da população formada por mulheres forras. Entre as cartas de liberdade expedidas para o julgado de Vila Boa, segundo Livro de Notas de 1792-1799, foram examinadas trinta e duas para efeito dessa pesquisa, nas quais dois terços são destinadas às mulheres.

De um modo geral, muitas escravas utilizaram diversas estratégias para barganhar sua liberdade, demonstrando assim os aspectos maleáveis que atravessaram o escravismo no contexto atlântico. Nos centros estabelecidos a partir das atividades de mineração, os escravos gozaram de certa autonomia para exercer diversos serviços urbanos, de onde

---

<sup>161</sup> KARASH, 2004, p. 166.

<sup>162</sup> KARASH, 2002.

provinham os recursos suplementares necessários para pagar a alforria<sup>163</sup>. O grande número de alforrias em benefício das mulheres aponta para as possibilidades de autonomização feminina nas construções de gênero do Brasil colonial, onde a obtenção da liberdade figurava entre as principais negociações executadas por mulheres, especialmente no final do século XVIII<sup>164</sup>.

A predominância feminina favorecida pelas alforrias tem sido explicada pela produção historiográfica à luz de diferentes hipóteses. Alguns historiadores destacam que os preços das escravas mulheres eram inferiores aos dos homens<sup>165</sup> e, além disso, a mulher teria maior facilidade em amealhar reservas através das rendas obtidas com algumas atividades urbanas, incluindo o comércio de gêneros e também a prostituição<sup>166</sup>. O fato de estarem mais próximas do âmbito doméstico também pode ter favorecido as manumissões femininas. É possível que tais justificativas nos auxiliem a compreender as razões que levaram um grande número de mulheres a se tornarem forras na capitania de Goiás, ainda que as informações expressas nos manuscritos expliquem de forma muito superficial como as escravas conseguiram juntar pecúlio para compra da liberdade.

Do ponto de vista legal, os escravos poderiam comprovar a sua liberdade por meio de três registros: pia batismal, testamento ou codicilo e pela carta de liberdade, assinada somente pelo senhor ou por outro, a seu rogo, algumas vezes registrada em cartório, outras somente como um papel particular<sup>167</sup>. Os documentos aqui analisados correspondem a essa terceira modalidade para obtenção de alforria, particularmente aqueles registrados nos Livros de Notas do cartório. As cartas de liberdade geralmente ficavam em poder dos

---

<sup>163</sup> MELLO & SOUZA, 2000.

<sup>164</sup> Para a significativa proporção de alforrias destinadas às mulheres em diferentes regiões do Brasil Colônia, ver: KARASCH, 2000, p. 372; SCHWARTZ, 1988, p. 275; FARIA, 2004, p. 113.

<sup>165</sup> MATTOSO, 1982.

<sup>166</sup> Cf. DIAS, 1984; FIGUEIREDO, 1993.

<sup>167</sup> FARIA, 2004, p. 97.

recém-libertos e o registro em cartório não era obrigatório, constituindo apenas um documento de precaução para alguns escravos, assegurando que a transação havia sido consignada<sup>168</sup>.

Nas Ordenações Filipinas, legislação portuguesa em vigor na época, os escravos constituíam uma propriedade e, portanto, seu domínio somente poderia ser transmitido mediante consentimento do proprietário. Nesse sentido, o senhor não era obrigado a conceder a carta de alforria, ainda que o escravo detivesse condições de comprá-la pagando o valor em que era avaliado. Considerando a redução dos lucros obtidos nas áreas de mineração no final do século XVIII, a venda da alforria constituiu uma alternativa que possibilitaria aos senhores um aumento de seus rendimentos<sup>169</sup>. Nos casos em que o senhor se recusava a receber do cativo o pagamento para a sua manumissão, ele poderia ainda apelar ao governador, ao vice-rei ou até mesmo ao rei para obter a liberdade<sup>170</sup>.

Nas cartas investigadas, temos alforrias gratuitas, condicionais e mediante pagamento (a vista ou por quortamento). As últimas conformam a maioria delas, reforçando a hipótese de que na capitania de Goiás houve condições para que as mulheres trabalhassem e, assim, acumulassem economias destinadas à compra da liberdade.

Encontramos apenas cinco registros que tratam de alforrias totalmente gratuitas, dos quais três deles beneficiam crianças que nasceram na casa dos senhores e apenas duas dirigem-se a mulheres. Entre as alforrias concedidas gratuitamente, porém com alguma condição, levantamos apenas duas. Os conteúdos desses documentos são bastante sucintos, fornecendo poucos detalhes sobre a vida das escravas e de seus respectivos possuidores. De

---

<sup>168</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p 60.

<sup>169</sup> MELLO & SOUZA, 2000; SCHWARTZ, 2002.

<sup>170</sup> RUSSEL-WOOD, 2005, p 60; NIZZA DA SILVA, 2000.

toda a forma, podemos supor que as mulheres e crianças contempladas com a liberdade gratuita tivessem um vínculo mais próximo com os senhores.

Esse parece ter sido o caso de Thomázia mulata, do arraial de Ouro Fino, que nasceu em casa de Maria Francisca de Jesus e Manuel Ferreira Barbosa. Batizada como forra por Maria Francisca, Thomázia teve o registro de sua liberdade requerido em cartório no ano de 1792 por Manuel Ferreira Barbosa, que afirmava conceder alforria à menina “por ser muito do meu agrado e contento e de minha mulher”<sup>171</sup>.

Em outra carta de liberdade passada a Ana Mulata, criança que contava apenas um ano de idade no momento do registro, o vínculo entre a menina e sua senhora, Dona Maria Tereza de Almeida, fica explícito no texto. Ana Mulata era filha de Carmo Crioula e de Roberto de Almeida, possivelmente parente de Dona Maria Tereza de Almeida. Na ocasião do batismo da menina, sua madrinha havia oferecido à Dona Tereza uma quarta de ouro em troca de sua liberdade, proposta negada com “repugnância” pela senhora. Passados alguns meses, Dona Tereza decidiu libertar a menina por motivo “de desencargo de minha consciência e grande amor com que a criei”<sup>172</sup>, deixando assim transparecer o afeto que resguardava pela criança. Aparentemente, a mesma razão motivou João Martins Pimenta a alforriar as irmãs Maria e Sebastiana Cabrinha, filhas de uma sua escrava por nome Inocência Crioula. Na carta passada em cartório, o senhor explica que fazia as liberdades gratuitamente em virtude do “amor que lhes tenho”<sup>173</sup>.

Esses exemplos reforçam a idéia de que as alforrias gratuitas, mesmo sob condição, “muito provavelmente referem-se ao grau de afetividade e sexualidade estabelecido entre senhores e escravas, incluindo a gestação de filhos”<sup>174</sup>. Não encontramos registros de

<sup>171</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>172</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>173</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>174</sup> FARIA, 2000, p. 73.

alforrias gratuitas concedidas às escravas nascidas na África, e localizamos apenas uma carta dirigida para o filho de uma mulher africana, por nome Joaquina Mina. As alforrias dirigidas para as mulheres africanas ocorreram pela via do pagamento, indicando que talvez essas mulheres pagavam por sua liberdade com mais freqüência do que aquelas nascidas no Brasil<sup>175</sup>.

A proximidade estabelecida entre os senhores e as escravas também pode ser aventada nas alforrias gratuitas, quando justificam a liberdade pelos “bons serviços prestados” pela cativa. Envolvendo ou não relações afetivas, é provável que as alforrias repassadas em razão dos “bons serviços” incluíram escravas que tinham maior trânsito no âmbito doméstico e que possivelmente desenvolviam laços mais solidários com o senhor. Nos manuscritos encontrados, há o caso de Maria do Carmo Crioula, que recebera a liberdade de seu senhor José de Souza Ferreira “pelos bons serviços que dela tenho recebido”<sup>176</sup>. Em outro documento, Rosa Crioula teve sua liberdade declarada em cartório pelo senhor José de Bastos, morador do Arraial de Santa Rita, “pelos bons serviços que me tem feito e crias que me tem dado”<sup>177</sup>.

Localizamos somente três cartas de alforria beneficiando homens escravos. Duas delas foram obtidas por meio do pagamento do valor em que eram avaliados. Entretanto, a liberdade de Manuel Crioulo fora alcançada gratuitamente em razão dos bons serviços por ele prestados a sua dona, que por sinal era ex-escrava, com a condição de que a servisse enquanto fosse viva. Feita essa ressalva, Antonia de Souza, preta forra, conferia liberdade ao dito Manuel Crioulo “em atenção aos bons serviços que do mesmo tenho recebido e

---

<sup>175</sup> Sobre a menor proporção das liberdades gratuitas destinadas às mulheres africanas em São João Del Rey e no Rio de Janeiro, ver: FARIA, 2004, p. 125, 128.

<sup>176</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>177</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

(por) ser lhe humilde”<sup>178</sup>. Tal registro revela que as mulheres forras poderiam acumular posses oriundas de seus serviços, evidenciando que o estigma da pobreza atribuído às libertas merece ser revisto<sup>179</sup>.

As alternativas de trabalho e acúmulo de renda possibilitaram às mulheres escravas a aquisição de sua alforria por meio da quitação do valor em que eram avaliadas. No Livro de Notas consultado, cujos registros correspondem aos anos de 1792 a 1799, encontramos dezoito mulheres tornando-se libertas mediante a compra da alforria. Em linhas gerais, o pagamento destinado à conquista da liberdade foi realizado de duas formas. Os pagamentos feitos à vista constam em dez casos e, na maioria deles, as próprias beneficiárias destinavam a quantia especificada em benefício do senhor. Há apenas duas situações em que o pagamento da alforria fora realizado por terceiros que, por sua vez, possuíam vínculos familiares com a recém-liberta. Num dos manuscritos a liberdade foi paga pelo pai e, no outro, pela mãe (que também era escrava). A outra forma de pagamento identificada refere-se à modalidade da coartação.

A obtenção da liberdade por meio da coartação foi frequentemente utilizada no Brasil Colônia e tem sido analisada por historiadores<sup>180</sup>. Os escravos coartados tinham o consentimento do proprietário em pagar pela alforria, expresso na *carta de corte*. Desse modo, poderiam dedicar um determinado tempo de trabalho para juntar algum pecúlio e saldar os valores referentes à alforria de maneira integral ou em parcelas, que poderiam ou não ser fixadas de antemão. Schwartz afirma que os escravos coartados encontravam-se em um “processo de transição para a condição social de livre”<sup>181</sup>, já que a carta de corte lhes autorizava exercer atividades em áreas próximas ou distantes do domínio senhorial. Assim,

---

<sup>178</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>179</sup> FARIA, 2000.

<sup>180</sup> MELLO & SOUZA, 2000; SCHWARTZ, 1998, 2002.

<sup>181</sup> SCHWARTZ, 1988, p. 214.

a coartação consistia em um acordo estabelecido entre os escravos e seus respectivos donos, podendo representar inclusive uma alternativa ao proprietário que desejasse obter algum rendimento e, simultaneamente, reduzir as despesas com escravos que já não apresentavam a mesma produtividade.

Tal prática teria sido mais comum nos pequenos núcleos urbanos coloniais, em decorrência da diversificação profissional e da dinamização da economia<sup>182</sup>. Na capitania de Goiás, há exemplos de mulheres que receberam a carta de liberdade por meio da quortação em diferentes localidades, como Ouro Fino, Santa Rita e, principalmente, Vila Boa. Entre as libertas por esse tipo de acordo, temos: Josefa Mina, Felipa Mulata, Maria Crioula, Marcelina Mina, Rosa Maria Crioula, Ana Mina, Maria Benguela, entre outras<sup>183</sup>. Os nomes registrados nesses documentos cartoriais indicam que, ao contrário das liberdades gratuitas, nas quais encontramos apenas registros de escravas nascidas no Brasil, as alforrias realizadas por pagamento (incluindo a coartação) foram utilizadas por mulheres nascidas na África para reverter sua condição social.

O fato de a escrava encontrar-se autorizado a exercer atividades e ofícios para comprar a alforria, não é indicativo de que os coartados vivenciavam uma relação distante ou menos amistosa com os senhores, nem tampouco significa a existência de interesses meramente econômicos por parte desses proprietários. Há casos em que os possuidores manifestam o apreço e afetividade pelas escravas alforriadas, chegando inclusive a liberar uma parcela do pagamento.

Tal fato ocorreu com Germana Crioula, cuja liberdade havia sido coartada por 128 oitavas de ouro. Quando Germana já havia liquidado 100 oitavas da dívida, seu proprietário, o tenente Luiz de Souza Pereira a isentou do restante do pagamento, alegando

<sup>182</sup> MELLO & SOUZA, 2000, p. 281.

<sup>183</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

que fazia tal concessão “por esmola atendendo a fidelidade que me servia”<sup>184</sup>. Situação parecida aconteceu com Ignácia Mina, que foi desobrigada de pagar as últimas parcelas de sua alforria, firmadas por meio de coação, pelo senhor Sebastião de Souza Ferreira. Sebastião afirmou que assinava a carta de liberdade atendendo “ao bom serviço que tenho recebido da dita escrava”, de quem chegara a receber jornais. Provavelmente Ignácia já devia servir a esse senhor há algum tempo, tanto que em 1793, dois anos após a fixação da carta de corte, Sebastião decidiu por perdoar o restante da dívida “não só por não ter saído de casa em todo este tempo como se acham aumentadas algumas moléstias”<sup>185</sup>.

Nas cartas de liberdade passadas mediante pagamento, podemos visualizar alguns indícios sobre as atividades femininas levadas a efeito para obtenção da alforria. Em 1792, Domingos Francisco Varela declarou em seu testamento a escrava Jerônima Crioula como forra, por haver dela recebido por coação a quantia de 64 oitavas em ouro e outras 32 em “jornais ou serviços da sua pessoa.”<sup>186</sup> O caso de Francisca Borges mulata ilustra que a alforria também poderia ser paga através da troca de favores. Sua liberdade fora registrada em cartório pelo seu proprietário Antonio de Melo Vasconcelos, que a liberou de uma parcela do débito “pelos serviços que me fez o marido da dita mulata”<sup>187</sup>.

Entre os manuscritos pesquisados, localizamos uma alforria datada de 1792, que fora obtida mediante intervenção do governador da capitania no referido período, Tristão da Cunha Menezes. A carta de liberdade destinada a Sebastiana Crioula nos traz um exemplo das complexas relações familiares presentes na sociedade da capitania de Goiás. Sebastiana fora dada como escrava a Maria Magdalena do Espírito Santo ainda na década de 1760. A doação havia sido realizada por Antonio de Souza Taveira, acusado por crime de estupro

<sup>184</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>185</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>186</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

<sup>187</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidões de liberdade, 1792-1799.

contra Maria Magdalena, “que se achava donzela em casa de seu pai”. O ocorrido ocasionou no nascimento de Francisca de Paula Taveira, “imaginada filha ou naquele tempo contemplada no ventre de sua mãe logo subsequente ao referido estupro”<sup>188</sup>.

No período em que ocorrera o estupro, Antonio de Souza Taveira foi submetido a processo criminal, obtendo logo em seguida o livramento e sujeitando-se a pena pecuniária. Maria Magdalena, por seu lado, saiu da casa de seus pais, “vivendo em liberta administração de sua vida”<sup>189</sup>. Recebendo o valor de 80 oitavas de ouro de Marcelina Mina, mãe de Sebastiana Crioula, Maria Magdalena conferiu liberdade à dita escrava.

Entretanto, em 1792, sua filha Francisca de Paula Taveira manifestou intenção de destratar a alforria de Sebastiana Crioula, alegando que se pai, Antonio de Souza, havia dado a escrava em seu favor, e não em favor de sua mãe:

“Diz mais o doador que minha mãe o insultara por várias e repetidas vezes para que fizesse a ela a doação da dita suplicante com o pretexto de dizer que o que se lhes dava a ela era o mesmo que dar a suas filhas o que não fez o doador porque a sua vontade era dar-me a mim e não a outra alguma pessoa.”

Na petição enviada ao governador da capitania, Francisca de Paula Taveira se esforça por desqualificar os atos de sua mãe, provavelmente para tentar convencê-lo a invalidar a negociação agenciada por Maria Magdalena para alforriar Sebastiana Crioula. Francisca de Paula chega a afirmar que Sebastiana Crioula possuía dois filhos quando a jovem nasceu, mas as crianças “morreram pelo mal trato que lhes deu a minha mãe”. O governador não concordou em revogar a liberdade de Sebastiana Crioula em razão do tempo decorrido e também atendendo à “rusticidade da suplicante e a sua pobreza”<sup>190</sup>. Todavia, determinou que Maria Magdalena restituísse à sua filha o valor de Sebastiana

<sup>188</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidão e petição de despacho, 1792-1799.

<sup>189</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidão e petição de despacho, 1792-1799.

<sup>190</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidão e petição de despacho, 1792-1799.

Crioula e de seus filhos, já que a referida doação em benefício da mãe “se faz suspeitar por muitos e conhecidos indícios”<sup>191</sup>. A decisão do governador foi cumprida no ano seguinte, quando Maria Magdalena passou a escritura de uma escrava por nome Joaquina Mina para sua filha Francisca de Paula<sup>192</sup>.

O caso de Sebastiana Crioula exemplifica que as escravas de fato apelavam a diversas instâncias no intuito de lutar por suas alforrias<sup>193</sup>. Pelos manuscritos levantados, verificamos que a sociedade colonial em Goiás possibilitou a formação de agências femininas, favorecendo as alforrias gratuitas e mediante pagamento. Ainda que as mulheres escravas tenham se mantido tradicionalmente alijadas dos poderes formais, além de serem consideradas as causas dos males da sociedade goiana nos relatos dos viajantes, elas puderam construir redes de poderes locais, seja por meio de alianças realizadas com os seus possuidores no âmbito doméstico, ou através das pequenas atividades urbanas que culminaram na compra de sua alforria.

---

<sup>191</sup> AHFFSD, Livro de notas, Certidão e petição de despacho, 1792-1799.

<sup>192</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799.

<sup>193</sup> Exemplos de escravos que requereram a intervenção de autoridades para aquisição da alforria podem ser observados em: NIZZA DA SILVA, 2000.

#### 4. Negócios femininos e gerenciamento de riquezas

Em conjunto, os documentos manuscritos e os relatos dos viajantes esboçam a presença de mulheres, brancas ou negras, gerenciando bens ou realizando atividades de onde poderiam obter rendimentos, proporcionando-lhes uma autonomia econômica. Entre os bens pertencentes a essas mulheres, temos escravos, terras e também jóias e outros artefatos feitos à base de metais preciosos. Algumas dessas mulheres pertencentes à elite proprietária de bens foram identificadas nas fontes sob o signo de ‘Donas’. No entanto, mulheres forras também puderam adquirir patrimônio através do pecúlio amealhado em decorrência dos seus serviços.

As procurações, escrituras de venda e de doação registradas em cartório nos dão exemplos das transações executadas por mulheres. Em uma análise qualitativa percebe-se que as mulheres desenvolveram amplas redes com as quais se relacionam nesses fluxos de bens. Na maioria das vezes, os beneficiados com as doações possuem algum tipo de relação familiar com essas senhoras, sendo suas filhas, sobrinhas ou irmãs. As doações realizadas dentro dos laços familiares evidenciam a importância das relações de parentesco no seio das agências femininas. As Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Lapa e de São Benedito, foram frequentemente favorecidas por essas mulheres, revelando a participação feminina nas instituições cristãs. Esse tipo de ligação entre mulheres e irmandades permite questionar se elas realmente estavam tão distantes das práticas cristãs como sustentam os viajantes europeus. Algumas “Donas” aparecem mais de uma vez nos manuscritos, como ilustram os casos de Dona Francisca Maria do Prado e Dona Maria Isabel da Conceição.

As doações direcionadas às Irmandades geralmente atendiam ao propósito de tornar as mulheres irmãs remidas dessas instituições. Segundo o imaginário cristão da época, tal caridade garantiria uma boa reputação da doadora, além de as livrá-la das penas do inferno após a sua morte. Essas transmissões de bens envolveram interessantes artimanhas, como nos mostram os manuscritos que tratam das doações realizadas por Dona Maria Francisca do Prado. Em maio de 1782, essa senhora doou o escravo Manuel Cabrinha à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Boa, para que ganhasse o assento de “irmã remida da dita irmandade e gozasse de todos os sufrágios da mesma”. Contudo, passado apenas um mês, Dona Maria Francisca anulou a doação, justificando que naquela ocasião achava-se “desenganada a morrer” e como agora “havia cobrado a saúde”, reclamava a posse do escravo, já que a dita doação encontrava-se “dentro do tempo da lei”<sup>194</sup>. Apenas dois dias depois de consignar em cartório o distrato do benefício à Irmandade, Dona Maria Francisca registrou uma escritura de venda do mesmo escravo Manuel Cabrinha, por receber a quantia equivalente de Francisca Maria de São Miguel<sup>195</sup>.

As posses acumuladas pelas mulheres mestiças também foram destinadas às Irmandades de Vila Boa em troca da obtenção do assento de irmãs remidas. Maria Francisca da Silva, cabra forra, deveria ser possuidora de um patrimônio relativamente considerável, tanto que destinou o domínio de uma morada de casas da qual era proprietária à Irmandade de São Benedito para receber sepultura e orações após a sua morte<sup>196</sup>.

Outras doações também eram realizadas em favor de pessoas da família, mostrando redes de transmissão e acúmulo de bens. Em 1793, Joaquina Viera de Souza doa para suas três filhas: Joana Maria, Luiza e Maria Joaquina (esta última residente no arraial de Traíras)

---

<sup>194</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de distrato, 1792-1799.

<sup>195</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de vendas, 1792-1799.

<sup>196</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799

a casa em que morava no campo vindo da rua da Senhora do Carmo de Vila Boa. Declarava que dava a casa a suas filhas com todos os seus pertences reservando apenas “dois painéis de São José e de Nossa Senhora por pertencerem a Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte desta vila”, além da condição de continuar residindo na casa enquanto viver. Como justificativa, Joaquina afirmava que fazia a doação em vida “por eu não dever a pessoa alguma e juntamente por querer e ser meu gosto o não deserdar as ditas minhas filhas”<sup>197</sup>.

Em outro documento cuja suplicante era D. Francisca Maria do Prado, visualizamos tais redes de transmissões de bens no âmbito da família. Trata-se de uma escritura de doação de outro escravo do qual a senhora tinha posse, chamado João Cabrinha. A posse do escravo destinava-se a Luiza Rita de Souza, filha de sua sobrinha Anna Maria Pimentel. O motivo da transação não fica muito claro, mas podemos inferir que nesse caso também há indícios de trocas de favores e de laços solidários. Ao justificar a doação, D. Francisca Maria do Prado afirma apenas que fazia a dita doação em razão dos “benefícios que tinha recebido de sua sobrinha”<sup>198</sup>.

As negociações realizadas pelas Donas estabelecidas em Vila Boa de Goiás, alcançavam grande mobilidade espacial, como observamos em algumas procurações do final do século XVIII. Este foi o caso de Dona Thereza Vieira de Jesus viúva, cabeça de casal e testamenteira de seu marido o tenente Antonio Nabarro de Abreu, que designou procuradores para cuidar de seus bens e interesses em diferentes localidades: Vila Boa, Arraial de Crixás, Arraial de Pilar, Vila de Cuiabá, Mato Grosso e Rio de Janeiro<sup>199</sup>.

---

<sup>197</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799

<sup>198</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799

<sup>199</sup> AHFFSD, Livro de notas, Procuração, 1792-1799.

Também não foram raros os casos em que as mulheres requereram provisão ao rei para poder tomar posse dos bens deixados pelos maridos falecidos, como tutora dos filhos menores. Na capitania de Goiás temos alguns exemplos de mulheres que lançaram mão desse tipo de artifício: Maria Siqueira de Assunção<sup>200</sup> moradora de Meia Ponte, D. Maria Felicia Leite da Rocha de Traíras<sup>201</sup> e também Isabel Buena da Silva<sup>202</sup>, do arraial de Pilar. Em outras áreas do Brasil colonial, a solicitação de autorização oficial para chefiar os bens da família deixados pelo marido foi largamente utilizada pelas mulheres, revelando com isso a relevância dessas estratégias de autonomização social<sup>203</sup>.

Há também o registro de outras mulheres que herdaram dívidas de seus maridos. Na execução de penhora contra Dona Izabel Beatriz, o contratador dos dízimos de Vila Boa solicita o pagamento desses impostos que ficaram pendentes após o falecimento de seu marido, João Loureiro Gomes. De todo o modo, o manuscrito relata que Dona Izabel tomou posse dos bens do marido e passou a “administrar a fabricação de gêneros” em sua propriedade<sup>204</sup>.

Retornando à análise dos viajantes, em um tom pejorativo Saint-Hilaire deixa transparecer a presença das mulheres na vida social, que “parecendo sombras deslizando no silêncio da noite”, transitavam pelas ruas de Vila Boa. Segundo esse autor, enquanto a maioria “sai a procura de aventuras amorosas, algumas vão cuidar dos seus negócios particulares e outras fazem visitas”<sup>205</sup>. Apesar de não sabermos especificamente do que se tratam os referidos ‘negócios particulares’, esses indicam que talvez as mulheres vilaboenses não fossem tão ‘estúpidas’ e ‘sem instrução’ como propõe o naturalista francês.

---

<sup>200</sup> AHU, ACL, CU, Brasil – Goiás, Cx. 28, Documento 1833, ano de 1776.

<sup>201</sup> AHU, ACL, CU, Brasil – Goiás, Cx. 47, Documento 2714, ano de 1804.

<sup>202</sup> AHU, ACL, CU, Brasil - Goiás, Cx. 30, Documento 1908, ano de 1778.

<sup>203</sup> NIZZA DA SILVA, 2002.

<sup>204</sup> AHFFSD, Códice, Letra G, 1784, Processo 8.

<sup>205</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54.

Além disso, na medida em que essas mulheres desenvolviam suas próprias negociações, a afirmação que associa ao feminino o simples papel de ‘fêmeas para os homens’, é também questionável. Pois ainda que tais transações estivessem relacionadas a questões de sexualidade (talvez pudessem ser prostitutas), infere-se que as mulheres não se encontravam dominadas e à disposição dos prazeres dos homens, mas em um estado de negociação.

As mulheres negras e mestiças figuravam como um expressivo grupo social em meio à sociedade colonial goiana e não passaram despercebidas nos relatos de John Pohl. As descrições do viajante austríaco nos auxiliam a discutir os papéis normativos que seriam “pré-determinados” de acordo com a diferença sexual e de cor, pois evidencia a participação das mulheres em segmentos mais distintos e ainda destaca a significativa presença das mestiças. De acordo com o que testemunhou o viajante austríaco, pode-se inferir que essas mulheres detinham relevância no núcleo de Vila Boa, bem como considerável status social, pois ao entrarem na igreja ornadas de ouro e rendas, essas mestiças direcionavam olhares desdenhosos às brancas empobrecidas a quem “falta até o necessário traje para comparecerem decentemente à igreja aos domingos”<sup>206</sup>.

Se, por um lado, as imagens femininas construídas por esses viajantes europeus apresentam, na maioria das vezes, um teor de depreciação; também sinalizam novos arranjos sociais e de mestiçagem cultural. Ao descrever mulheres mestiças freqüentando a missa, John Pohl revela a presença de povos descendentes de africanos (com outros tipos de manifestação religiosa) em contato com a religião cristã. Por outro lado, se haviam mestiças ornadas de ouro ao mesmo tempo em que haviam mulheres brancas empobrecidas, fica aqui a dúvida sobre quais as atividades desempenhadas pelas primeiras a ponto de lhe

---

<sup>206</sup> POHL, 1951, p. 328-329.

garantirem um considerável status, que foi capaz inclusive de despertar a atenção do observador.

Não sabemos ao certo quais atividades permitiram às mulheres de cor a obtenção de rendimentos e o acúmulo de bens. É bem provável que o comércio tenha se constituído uma das principais alternativas, já que as vendas contaram com uma expressiva presença feminina na medida em que avançamos no século XVIII<sup>207</sup>. As referências contidas nas cartas de liberdade a respeito dos pagamentos feitos através de jornais ou serviços, endossam as possibilidades de que as mulheres executavam serviços em Goiás. As pequenas estalagens situadas nas rotas que conectavam a capitania de Goiás também contaram com o trabalho de mulheres negras e mestiças. Em sua viagem pela região, Saint-Hilaire obteve abrigo em estabelecimentos onde foi recebido por essas mulheres<sup>208</sup>.

Mary Karash destaca os poderes concentrados nas mãos de mulheres livres de cor em Goiás, que poderiam se firmar como chefes de família<sup>209</sup> ou manter outras pessoas sob o seu controle, na forma de “pessoas de obrigação”<sup>210</sup>. Por essa modalidade, as mulheres libertas vendiam sua força de trabalho durante um período determinado, para receber o pagamento estipulado. Karash ressalta ainda que não se sabe ao certo os fatores que levaram as pessoas de obrigação a estar sob o controle de mulheres africanas em Goiás<sup>211</sup>. Entretanto, nos parece evidente que esse tipo de aliança certamente conferia poderes às mulheres negras, que provavelmente delegaram diferentes funções a esses agregados de acordo com os seus interesses.

---

<sup>207</sup> DIAS, 1984; FIGUEIREDO, 1993; REIS, 1989.

<sup>208</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 35, 42.

<sup>209</sup> KARASH, 2002.

<sup>210</sup> KARASH, 1998.

<sup>211</sup> KARASH, 2002, p. 121.

Em alguns casos, as mulheres mestiças poderiam herdar bens de seus pais, ao terem sua filiação legitimada principalmente em relações decorrentes de concubinato. Tal prática não era comum, mas contemplou a filha do tenente-coronel João Pinto Barbosa Pimentel, professo da Ordem de Cristo, tesoureiro-geral da junta da Real Fazenda, que beneficiava e legitimava sua filha natural, uma mulata<sup>212</sup>. No entanto, outras jovens filhas de mulheres forras foram favorecidas com as doações feitas por suas mães. Assim, Narcisa Gomes de Oliveira, preta forra, passou a escrava Ana Crioula para sua filha Thereza Gomes de Oliveira. Com o pecúlio acumulado, Narcisa afirmava ter comprado a escrava de Lourença Costa Quiroga, pela quantia de 38 oitavas<sup>213</sup>.

Antonia de Souza, preta forra, provavelmente mantinha uma rede de agregados ao seu redor. Além de ter concedido alforria gratuita e condicional ao escravo Manuel Crioulo, como já fora citado, durante o mesmo período ela favoreceu outras três mulheres doando-lhes três braços de terra de sua chácara. Assim, Antonia de Souza doava as terras a Maria José, Maria Thereza de Jesus e Gertrudes Leite “para fazerem uma morada de casas com a frente para o açougue e nela morarem e com os fundos somente necessários para a serventia da casa”. Apenas duas ressalvas são colocadas na execução dessa transação, possivelmente representando a preocupação de Antonia em proteger seus domínios. Ela declara que poderiam construir no referido terreno, com a condição “de não vender ou alienar” e também “que não prejudiquem as terras da chácara”. Finalmente, destaca as razões solidárias que lhe motivaram a auxiliar as mulheres, alegando que fazia a doação “gratuitamente e pelo amor que lhes tenho”<sup>214</sup>, para que elas pudessem viver no estabelecimento somente com os respectivos filhos.

---

<sup>212</sup> TRISTÃO, 1998, p. 94. Apud: NUNES, 2001, p. 64.

<sup>213</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799.

<sup>214</sup> AHFFSD, Livro de notas, Escritura de doação, 1792-1799.

Apesar de serem consideradas estúpidas e sem instrução pelos observadores estrangeiros, a presença de mulheres proprietárias e mulheres livres sinaliza para as atividades urbanas por elas ocupadas. Os serviços de compra, venda e produção de gêneros diversos, embora não explicitados objetivamente na documentação, aparentemente funcionaram como uma via para aquisição de autonomia. Ou seja, as ocupações urbanas permitiram o acúmulo e/ou a manutenção de bens das “donas” e, concomitantemente, apresentaram-se como alternativa de sobrevivência para as mulheres recém libertas. O fato de esta região do Brasil Central funcionar como entreposto para transações comerciais maiores que uniam o mar e o sertão, insinua que esses fluxos proporcionaram ocupações às mulheres, como aquelas que trabalhavam em hospedarias por onde passou Saint-Hilaire.

As informações contidas nas fontes manuscritas divergem profundamente dos relatos de John Pohl e Saint-Hilaire. Ao passo que as imagens construídas pelos viajantes destinam às mulheres características negativas, atribuindo-lhes funções sociais meramente sexuais, as fontes manuscritas não confirmam essa assertiva. As transações efetuadas por mulheres com as suas posses demonstram o poder de agenciamento feminino na sociedade colonial goiana, que apresentou complexas redes de sociabilidades. Assim, ao passo que as versões elaboradas pelos estrangeiros assinalam a atuação urbana feminina apenas em termos de transgressão sexual, as fontes manuscritas apresentam, de forma fragmentada e estereotipada nas formalidades dos documentos oficiais, as diversas transações realizadas por mulheres.

A análise desses das fontes evidencia as diferentes construções de gênero produzidas no contexto colonial tardio. Em suma, a principal característica apreendida é a heterogeneidade da experiência social dessas mulheres. Mesmo tendo suas vidas moldadas em conceitos empregados pelos documentos da época, – tais como Dona, escrava, forra,

liberta, casada, solteira, preta, mulata, entre outros – podemos obter pequenas informações que nos permitem vislumbrar um quadro mais amplo, no qual a experiência urbana nas vilas da capitania de Goiás é constituída a partir de diversos agenciamentos e matizes sócio-culturais. Nesse contexto variado, a reflexão sobre a categoria mulher é bastante oportuna. Sua apropriação de maneira fixa e invariável resvala para generalizações, tendo como efeito a criação de novos modelos destinados ao feminino. Destarte, a discussão realizada não culmina em um novo modelo para os grupos femininos. Ao atentar para as diferenças implícitas nas fontes, pretendemos ter contribuído dando visibilidade e inteligibilidade às versáteis estratégias e negociações cotidianas realizadas por mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trocas materiais e humanas realizadas entre os continentes africano, americano e europeu por meio do mundo atlântico, permitiram a edificação de núcleos urbanos no espaço do Brasil Central, especialmente a partir da atividade mineradora praticada ao longo do século XVIII. Localizada no interior do território, a capitania de Goiás desempenhou um papel estratégico nas relações comerciais que conectaram o mar e o sertão.

Não obstante as dificuldades econômicas advindas do refluxo das atividades da mineração, deve-se salientar que a região não esteve irremediavelmente fadada à decadência e à estagnação. Certamente, o decréscimo das minas resultou em um certo abrandamento das dinâmicas outrora estabelecidas. Contudo, a compreensão do período colonial tardio em Goiás como um momento decadente vincula-se ao fato dessa região encontrar-se desatendida pelo poder metropolitano por não mais fornecer os mesmos rendimentos e, concomitante a isso, apresentar uma população majoritariamente negra e mestiça, cujas estratégias de subsistência ou enriquecimento provavelmente se mantiveram em domínios informais. Nesse sentido, a posição periférica atribuída à capitania de Goiás pela agenda oficial portuguesa é apropriada como se tal característica fosse inerente à região no contexto do final do século XVIII.

Entre os grupos populacionais estabelecidos na capitania de Goiás, procuramos destacar a significativa presença de diversas mulheres, brancas ou de cor, livres ou libertas, executando transações com variadas posses, que incluíam sobretudo terras e escravos. Paralelamente, a expressiva incidência de mulheres barganhando a sua liberdade por meio de alforrias gratuitas, condicionais ou mediante pagamento, demonstram que a sociedade

colonial criou condições de mobilidade social, nas quais as agências as mulheres detinham certo poder para colocar seus interesses em prática.

Os estigmas que identificaram as mulheres de Goiás como ‘estúpidas’, ‘sem instrução’ e ‘inclinadas à libertinagem’ nos discursos do francês Saint-Hilaire e do austríaco John Pohl refletem os arquétipos presentes no imaginário masculino, europeu e ilustrado desses viajantes naturalistas. Tais assertivas não encontram respaldo nos manuscritos da época, onde a capacidade de agenciamento feminino é explicitada a partir do gerenciamento dos seus bens e da luta pela alforria. Em suma, os documentos cartoriais evidenciam pequenos fragmentos em que as mulheres dispunham de poder de escolha sobre seus destinos, seja por meio da execução de serviços para angariar os recursos necessários para pagar pela liberdade, por meio da constituição de alianças familiares ou da construção de redes de solidariedade.

Dessa forma, o pressuposto de uma identidade feminina única na História do Brasil colonial, vítima do sistema patriarcal machista e opressor deve ser reavaliada. De um modo geral, a experiência social dessas mulheres, tal como observada nos variados testemunhos da época, revelam a maleabilidade e a versatilidade desse sistema de relações cujas hierarquias são apenas aparentemente fixas e rigorosas.

A interpretação da história das mulheres à luz da perspectiva de gênero é relevante por considerar que a categoria mulher não é unívoca, pois construída historicamente em diferentes tempos e espaços. Assim, tencionamos dar visibilidade às mulheres atentando para os significados imprimidos às ações femininas, em uma abordagem dinâmica e relacional, considerando os discursos que atravessaram as formas de comportamento masculino, os laços familiares, os saberes institucionais, entre muitos outros.

Importa ainda desvelar muitos detalhes sobre a vida dessas mulheres, principalmente as formas de trabalho que lhes possibilitaram o acúmulo e/ou manutenção das posses e do pecúlio obtido pelas efetuadas pela população feminina da capitania de Goiás. Além disso, pouco se sabe sobre o destino das mulheres forras, a não ser pelas fontes que registram as libertas como proprietárias de terras e escravos. As fontes aqui analisadas fornecem breves lampejos sobre essas questões que se encontram à guisa de investigação.

## ANEXO 1 – LISTA DE MULHERES

Lista de mulheres identificadas entre os registros do cartório.  
Arquivo Histórico Fundação Frei Simão Dorvi  
- Livro de Notas do Tabelião desta Vila, 1792 – 1799; Livro C, 1784;  
Letra G, 1778 – 1784.

### Donas

1. D. Ana Maria Jacinta de Aguiar
2. D. Ana Maria Joaquina
3. D. Ana Vicência da Câmara
4. D. Ângela Ludovico de Almeida
5. D. Francisca Maria Leme do Prado
6. D. Izabel Beatriz Antonia
7. D. Joana Correa da Câmara (viúva e cabeça de casal)
8. D. Lucrecia Maria Buena de Gusmão
9. D. Maria Caetana de Almeida
10. D. Maria Francisca Seixo de Brito
11. D. Maria Thereza de Almeida
12. D. Thereza Vieira de Jesus (viúva e cabeça de casal)
13. D. Úrsula Maria Correa de Sá
14. D. Vicência da Expetação Noronha (filha de D. Joana Correa da Câmara)

### Libertas

1. Ana Mina
2. Antonia Crioula
3. Antonia de Souza (preta forra)
4. Constantina Mulata
5. Eusébia Mina
6. Felipa Mulata
7. Francisca Borges Mulata
8. Germana Crioula
9. Hilária Mulata
10. Ignácia Mina
11. Jeronima Crioula
12. Josefa Mina
13. Luzia Crioula
14. Marcelina Mina
15. Maria Benguela (casada)
16. Maria Cabrinha
17. Maria Crioula

18. Maria das Neves Malheiros
19. Maria do Carmo Crioula
20. Maria Mulata
21. Narcisa Gomes de Oliveira (preta forra)
22. Rosa Crioula
23. Rosa Maria Crioula
24. Rosa Mina
25. Sebastiana Crioula
26. Sezília preta forra
27. Thereza Mina
28. Anna Maria da Conceição (parda forra)

### **Outras**

1. Angélica Maximiana Leite (filha de Vitória Maria da Rocha)
2. Antonia da Rocha Martins
3. Estácia Soares de Oliveira.
4. Eugenia Rodrigues Abade
5. Felizarda Rodrigues Bastos
6. Francisca de Paula Malheiros
7. Francisca de Paula Taveira de Souza (filha de Maria Magdalena do Espírito Santo)
8. Francisca Maria de São Miguel
9. Francisca Mendes Sampaio
10. Francisca Rodrigues de Jesus
11. Joaquina Antonia de Souza
12. Joaquina Vieira de Souza
13. Luciana Xavier de Souza
14. Luiza Rita de Souza (sobrinha de D. Francisca Maria Leme do Prado)
15. Maria Francisca da Silva
16. Maria Magdalena do Espírito Santo
17. Quitéria Gonçalves Fortes
18. Theodozia da Souza Botelho
19. Thereza Gomes de Oliveira (filha de Úrsula Maria de Souza)
20. Thereza Pinto Fernandes
21. Úrsula Maria de Souza
22. Vitória Maria da Rocha
23. Bernarda Maria Antonia de Souza

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

#### **Fontes Manuscritas:**

##### Arquivo Histórico Fundação Frei Simão Dorvi – Cidade de Goiás

##### *Códices*

- Cartório do 1º Ofício de Goiás – Livro de Notas do Tabelião desta Vila, 1792 – 1799.
- Livro C, 1784.
- Letra G, 1778 – 1784.

##### Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

##### *Documentos Avulsos*

- Administração Central, Conselho Ultramarino, Brasil – Goiás. Cx. 28, Doc. 1833, ano: 1776.
- Administração Central, Conselho Ultramarino, Brasil – Goiás. Cx. 30, Doc. 1908, ano: 1778.
- Administração Central, Conselho Ultramarino, Brasil – Goiás. Cx. 47, Doc. 2.714, ano: 1804.

##### *Mapas*

- Administração Central, Cartografia, Goiás – 866/867, ano: 1753.

**Fontes Impressas:**

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

CUNHA MATOS, Raymundo José da. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem as nascentes do rio S. Francisco pela província de Goyaz*. São Paulo, Companhia editora nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. *Viagem à província de Goyaz*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo horizonte, Itatiaia, 1975.

SEGURADO, Joaquim Thotonio. “Memória Econômica e Política da capitania de goiás – 1806”. In: *Memórias Goianas II*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás/Centro de Cultura Goiana, 1984.

SILVA E SOUZA. Luiz Antonio da. “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da capitania de Goiás”. In: TELLES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978.

**DICIONÁRIOS**

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

NUNES, F. Borges. *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Lisboa: FL. 1981.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)*. Goiânia: Kelps, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BAILYN, Bernard. “The Idea of Atlantic History”. In: *Itinerário*. Volume XX. Number 1, Leiden Grafaria, 1996.

BELUZZO, Ana Maria. “A propósito do Brasil dos viajantes”. In: *Dossiê Brasil dos Viajantes*. Revista USP, junho/julho/agosto, 1996.

BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da capitania de Goiás*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

BOCK, Gisela. “História, história das mulheres, história do gênero”. *Penélope*, Lisboa: Quetzal. N.4, abr. 1990.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *As Mulheres na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BRASIL, Antonio Americano do. *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

BRITO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: [s.n.], 1982.

BROOKS, George E. “A Nhara of the Guinea-Bissau Region: Mãe Aurélia Correia”. In: Robertson, C. C. & Klein, M. A. (eds). *Women and Slavery in Africa*. Madison, 1983.

\_\_\_\_\_. “The Signares of Saint-Louis and Gorée: Women Entrepreneurs in Eighteenth-Century Senegal”. In: BAY, Edna G; HAFKIN, Nancy Jane (eds). *Women in africa: Studies in social and economic change*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002

\_\_\_\_\_. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo : Editora Unesp, 1992.

CARRARA, Ângelo Alves. “O sertão no espaço econômico da mineração.” *X Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. LPH: Revista de História, Nº 6, 1996.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. “Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento” In: PESAVENTO, Sandra J. (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 2001.

CORREIA, Dora Shellard. “Os sertões do sudoeste brasileiro e o tempo.” *XVIII Encontro Nacional de História – ANPUH*. Universidade Estadual de Londrina, 2005.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2003.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. “Meia Ponte: de arraial a cidade”. In: *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978. 206 p.

CURTIN, P. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuições à história em geral. *História Geral da África*. São Paulo: Ática / UNESCO 1982, vol.I pp.43-51.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. *Estudos Feministas*, vol. 2, nº 2/94, CIEC/ECO/UFRJ.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Braziliense, 1984.

DOLES, Dalisia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700 – 1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Concurso para professor titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

\_\_\_\_\_. “Mulheres forras: riqueza e estigma social”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 9, junho de 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. *O Averso da Memória. Quotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível - uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Record, 1990.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico” *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

HAVIK, Philip. "Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné". In: II Reunião Internacional de História da África, Rio de Janeiro. *Atas da II Reunião Internacional de História da África*, 1997. v. 1 p. 161-179.

\_\_\_\_\_. *Silences and Soundbytes. The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau region*. University of Amsterdam, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Contexto, 2000.

HENRIQUES, Isabel Castro. “As Outras Africanas: As reais e as inventadas”. *Revista Oceanos*, 1995.

HESPANHA, Antonio Manuel. “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.” In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*

(*séculos XVI – XVIII*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Alfa Omega, 2ª edição, 1976.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

KARASH, Mary C. “As mulheres livres de cor no Brasil central, 1779/1832”. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 15, 1998.

\_\_\_\_\_. “Central Africans in Central Brazil, 1780-1835”. In: HEYWOOD, Linda (org.). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diáspora*. Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. “The Periphery of the Periphery? Vila Boa de Goiás, 1780-1835”. In: DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael (orgs.). *Negotiated Empires. Centers and Peripheries in the Américas, 1500-1820*. Routledge. New York & London, s/d.

\_\_\_\_\_. “Guiné, Mina, Angola and Benguela. African and Crioulo nations in Central Brazil, 1780-1835”. In: CURTO, José C; LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

\_\_\_\_\_. “História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

\_\_\_\_\_. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. “As mulheres do norte da capitania de Goiás: 1789-1832”. In: GIRALDIN, Odair (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX. Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec, 1984.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MACHADO, Laís Aparecida & SOUZA, Marcos André. “As vias de comunicação no sul de Goiás – século XVIII ao XX”. *Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás*, v. 26, n. 2, abr/jun. 1999.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. “O espelho de Narciso: imagens da mulher goiana no discurso dos viajantes”. In: *Em tempo de histórias: revista dos alunos da pós-graduação em história da UnB*. v.3, nº 3, Brasília, 1999.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes & MELO, Hildete Pereira de. “A partilha da riqueza na ordem patriarcal”. *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC)*. Salvador: dezembro de 2001.

MATOS, Maria Alzira S. de. *Por uma História da Mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO e SOUZA, Laura de. “Coartação – Problemática e Episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando A. & SOUZA, Laura de Mello (orgs.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na cidade de Goiás 1830-1860”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “A luta pela alforria”. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa, 2002.

NUNES, Heliane Prudente. “História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates”. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

ORTENCIO, Waldomiro Bariani. *A cozinha goiana*. 3. ed. São Paulo: Eldorado, [s.d.]

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PALACÍN, Luiz. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822 - estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1994.

\_\_\_\_\_. *Subversão e Corrupção. Um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1983.

PALACÍN, Luiz & MORAES, Maria augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1994.

PANTOJA, Selma Alves. "A dimensão atlântica das quitandeiras". In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. "As fontes escritas do século XVIII e o estudo da representação do feminino em Luanda". *Actas do II seminário internacional sobre história de Angola - Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. CNCDP, 2000.

PARENTE, Temis Gomes. "Mulheres (in)visíveis: cotidiano nos sertões do norte de Goiás". *Estudos humanidades - Revista da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: vol. 29, mar. 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORI, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

RABELO, Danilo. *Os Excessos do Corpo: A Normatização dos Comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia. FFCH/UFG, 1997.

RAGO, Margareth. "Sexualidade e identidade na historiografia brasileira". *Revista da ANPUH - História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1998.

REIS, Liana Maria. "Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro das Minas Gerais do século XVIII". *Revista do Departamento de História*, janeiro de 1989, n. 8, UFMG, pp. 72-85.

REIS, José Carlos. "Da história global à História em migalhas: o que se perde, o que se ganha?" in GUAZZELLI, César Augusto Barcelos e outros. *Questões de Teoria e de Metodologia da História*: Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RIBAS, Oscar. *Temas da vida angolana e suas incidências. Aspectos Sociais e Culturais*. Edições Chá de Caximbe, Luanda, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. "Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX". In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800". *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, 1998, p. 187-249.

\_\_\_\_\_. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão em Goiás colonial*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1983.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 16, n. 2, jul/dez. 1990.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, Stuart B & LOCKHART. *América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SEIXO, Maria Alzira. “Entre a cultura e a natureza: ambigüidades do olhar viajante”. In: *Dossiê Brasil dos Viajantes*. Revista USP, junho/julho/agosto, 1996.
- SELIGMANN, Linda (ed.). *Women Traders in Cross-Cultural Perspective. Mediating Identities, Marketing Wares*. California: Standford University Press, 2001.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História. Homens, Mulheres e prática histórica*. São Paulo, EDUSC, 2003.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro 1835-1900”. *Revista do Mestrado em História*, Vassouras, n. 4, 2002, pp. 55-78.
- SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America*. Cambridge University Press, 2000.
- SOUZA, João Afonso de. *A paisagem do século XIX em Vila Boa de Goiás – o olhar dos viajantes*. Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado em Geografia, Goiânia: UFG, 2002.
- TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- THORTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.